RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1º TRIMESTRE 2023

FIGUEIRACOMUS

FIGUEIRADOMUS

INDICE

1.MENSAGEM 4

1.1. - Mensagem Do Conselho De Administração 5

2. S.A.F - SERVIÇO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO 10

2.1. Plano de Contingência da FIGUEIRA DOMUS, E.M. – Corona Vírus, Covid-19 11

2.2. Desenvolvimento das atividades do Serviço Administrativo e Financeiro 11

2.2.1. Adaptação ao RGPD 13

2.2.2. Informatização Documental 13

2.2.3. Informática 14

2.3. Recursos Humanos 14

2.3.1 Ações de Formação 14

2.4. Domínios da Empresa 14

2.4.1. Total de Fogos 15

2.4.2. Total de Beneficiários de Habitação Social (BHS) – famílias 16

2.4.3. Atualização Anual de Dados dos Agregados Familiares 16

2.5. Evolução das Receitas e Rendas 16

2.5.1. Evolução das dívidas 18

2.5.2. Controlo das dividas 19

2.5.3. Aplicação de Retroativos 22

2.5.4. Apoio aos serviços da Empresa 22

3. S.A.S.I.L. - Serviço de ação social e intervenção local 25

3.1. Gestão e Intervenção Social 25

3.1.2. Abertura de Processos de Procura de Alojamento 26

3.1.3. Verificações Habitacionais de PPA 27

3.1.4. Atendimentos 28

3.1.5. Visitas Domiciliárias 30

3.1.6. Atribuições ao abrigo do concurso por inscrição 31

3.1.7. Atribuições em Regime de Exceção 31

3.1.8. Transferências 31

3.1.9. Permutas 32

3.1.10. Acordos de Pagamento 33

3.2. Outras Atividades 34

3.2.1. Comissões Sociais de Freguesia 35

3.2.2. Conselho Local de Ação Social (CLAS) 36
3.2.3. Novas Parcerias e Protocolos 37
3.2.4. Apoio aos serviços da Empresa 37
4. S.F.G.E.C - Serviço de fiscalização e gestão de espaços comuns 39
4.1. Desenvolvimento da atividade de fiscalização dos espaços comuns 39
4.2. Colaboração com o Veterinário Municipal 42
4.3. Controlo de Energia 43
4.4. Controlo de Limpezas 43
4.5. Tomadas de Posse Administrativa 44
4.6. Representação em Assembleias de Condomínios 45
4.7. Fiscalização Interdepartamental 45
4.8. Limpeza e retirada de monos de fogos devolutos 46
4.9. Retirada de monos dos espaços comuns 47
4.10. Sistema de Informação Geográfica 47
4.11. Apoio aos Serviços da Empresa 48
5. - S.J. - Serviços Jurídicos 50
6. – S.I.T.E.P. - SERVIÇO DE INTERVENÇÃO TÉCNICA E PROJETOS 52
6.1. Enquadramento das Ações 52
6.2. Estudos e Projetos 52
2.6.2. Intervenção Técnica 56
7 - SITUAÇÃO ECONÓMICO – FINANCEIRA 60
7.1. Demonstração Execução Orçamental – Receita 62
7.2. Demonstração Execução Orçamental – Despesa 62
7.3. Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Receita 62
7.4. Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Despesa 63
7.5. Alterações Orçamentais – Receita 65
7.6. Alterações Orçamentais – Despesa 65
8. PARECER DO FISCAL ÚNICO 66

1.

MENSAGEM

1.1. - MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em conformidade com a Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, com a redação dada pela Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, Lei n.º 12/2022, a FIGUEIRA DOMUS, E.M., partilha com V.Ex.as, o Relatório de Execução Orçamental relativo ao 1º Trimestre de 2023, depois de aprovado pelo Conselho de Administração reunido a 10 de Agosto de 2023.

Este instrumento de trabalho visa informar e esclarecer a Câmara Municipal da Figueira da Foz, os seus órgãos representativos e os demais concidadãos cujo escrutínio é essencial para a sua estratégia e ação futuras.

A premissa primordial do papel da FIGUEIRA DOMUS, E.M., é garantir que, a todos os cidadãos, devem ser proporcionadas condições de acesso a uma habitação adequada, promovendo uma melhor inclusão social e garantindo uma coesão territorial que contribua para o desenvolvimento regional equilibrado.

O esforço da DOMUS e dos seus colaboradores foi dar continuidade à implementação das estratégias já delineadas e que passavam pela implementação de novas plataformas de partilha de informação e e.commerce, tais como o serviço SMS e o Altice Pay, cujos resultados se tornam visíveis, pela promoção de maior acessibilidade aos pagamentos não presenciais.

A FIGUEIRA DOMUS, E.M., tendo integrado a equipa técnica que realizou a Estratégia Local de Habitação da Figueira da Foz, deu continuidade à realização da candidatura ao 1º Direito, realizando conjuntamente com os serviços técnicos do Município submissão de esclarecimentos relativos a candidatura para reabilitação de 145 fogos (85 propriedade do Município e 60 propriedade da Figueira Domus), tendo sido a mesma aprovada no 1º trimestre de 2023.

Foi igualmente dado seguimento ao processo de candidatura a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, nomeadamente com o desenvolvimento dos projetos de execução necessários para lançamento do procedimento concursal da empreitada.

Foi dada continuidade ao apoio que a FIGUEIRA DOMUS, E.M. tem facultado às famílias vítimas da invasão militar que a Rússia lançou em larga escala contra a Ucrânia. Esta invasão originou um fluxo migratório à força, com várias famílias que tiveram de abandonar a Ucrânia por questões de segurança e sobrevivência. O mundo não ficou indiferente, e rapidamente se levantaram ondas de solidariedade para com o povo Ucrâniano.
A FIGUEIRA DOMUS, E.M., prestou colaboração efetiva junto dos agregados familiares ucranianos no processo de candidaturas ao programa Porta de Entrada, possibilitando que as famílias que tiveram resposta habitacional no mercado privado, pudessem candidatar-se a apoios ao arrendamento, conforme previsto no programa Porta de Entrada.

No âmbito da candidatura realizada pelo Município da Figueira da Foz ao POSEUR 2020 – Reabilitação e Eficiência Energética, foi dada continuidade ao acompanhamento dos trabalhos de beneficiação energética no Bairro da Leirosa, 1ª fase e 2ª Fase, Bloco das Viúvas, Bairro do Hospital, alguns blocos no Bairro da Gala-Sidney, Bairro de Vila Verde e Vila Robim.

Estrutura *- O relatório mantém a análise comparativa entre o exercício do anterior trimestre e o previsto em sede de orçamento, da mesma forma que se equaciona o comparativo entre o exercício realizado este trimestre e o homólogo do ano anterior.*
Para que no processo de análise do documento seja garantida a transparência e a clareza das contas, mantiveram-se os campos de variação percentual nas contas, nos detalhes das rubricas de gastos e rendimentos, evidenciando, assim, as principais evoluções e marcas do trimestre.

Dívidas de Beneficiários e emissão de renda apoiada *– Neste trimestre decorreu um aumento de 11,17 % das rendas emitidas em regime de arrendamento apoiado, no valor de 8.242,72€, face ao período homólogo, variação resultante de atualizações por via das novas circunstâncias socioeconómicas dos agregados.*
Acompanhando o aumento do valor de renda emitido, registou-se um aumento de 10,74 % do valor pago pelos arrendatários relativo ao valor emitido neste trimestre, em comparação com o período homólogo, com o valor de 5.378,12€..
No que respeita à recuperação da dívida referente a anos transatos, deu-se continuidade ao plano de recuperação de dívidas, melhorando as formas de comunicação com os agregados, com recurso as plataformas de envio de SMS em massa e comunicação mais célere dos valores em dívida, tendo-se registado a recuperação durante o 1º Trimestre de 2023 da quantia de 12.032,28€ e o valor de 573,93€ referente a juros de mora.
Todo o processo de Dívidas de Beneficiários e emissão de renda apoiada tem sido monitorizado de forma permanente pelos diferentes departamentos da empresa e traduz-se na efetiva recuperação das dívidas, no cumprimento dos acordos e na aplicação das notificações judiciais avulsas ou injunções, conforme as especificidades de cada caso. Fruto deste esforço, quando comparado com o período homólogo, registou-se o pagamento integral de valores em dívida por parte de 37 devedores.
Importa ressalvar que este número de devedores oscila bastante, uma vez que com a implementação de pagamentos de renda por meios eletrónicos, na maior parte das vezes só é possível confirmar a liquidação da renda a posteriori.

Passivo Bancário *- No que respeita à divida bancária verifica-se que houve uma redução pela amortização de capital face ao trimestre anterior no valor de 110.901,54 Euros encontrando-se a dívida bancária em 31/03/2023 no valor de 5.962.790,41 Euros. A Empresa Municipal encontra-se em perfeito cumprimento com o plano de pagamento do serviço a dívida.*

Regime Legal e Aplicação do Regulamento de Habitação Social *– A empresa municipal tem realizado as auditorias exigidas para se aferir da correta aplicação dos normativos da Lei e do Regulamento, dado continuidade às melhores práticas, as que melhor servem os interesses da ação social.*
Os beneficiários e os requerentes, porque a empresa municipal se rege por princípios da absoluta transparência administrativa e funcional, podem acompanhar os seus processos pessoais e ver garantidos todos os seus direitos, ou, simultaneamente, serem-lhes exigidas todas as obrigações.
Registe-se ainda que, neste trimestre, houve a permanente atualização de todos os processos dos requerentes ao regime de arrendamento apoiado, tendo-se procedido à atualização de 165 processos dos agregados familiares, no que respeita a cálculo de renda, fruto de atualização socioeconómica.
Importa ainda referir que a FIGUEIRA DOMUS, E.M., porque dá continuidade o Regulamento UE 2016/679, de 27/04 - RGPD, continuando a proceder à consolidação dos procedimentos do Sistema de Gestão da Qualidade de forma a compatibilizar as normas regulamentares com a Política de Proteção de Dados da empresa.

Património *– No trimestre em apreço, não se verificou a alienação de qualquer fogo, havendo, no entanto, processos de venda em curso, tendo sido dado o apoio administrativo aos beneficiários requerentes, para que junto das instituições de crédito, possam formalizar a solicitação de financiamento necessário à operação e a sua aprovação.*

Conservação e Reparação *–Neste primeiro trimestre de 2023 houve um especial enfoque por parte dos serviços técnicos da empresa municipal no acompanhamento da execução das obras de requalificação do casco do património habitacional abrangido pela candidatura ao Aviso nº Centro 04-2017-06 de financiamento ao Plano Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR) no Programa Operacional Regional do Centro.*
De salientar que mesmo com a contingência provocada pelo acompanhamento contínuo das empreitadas em curso, operacionalmente foram contabilizadas 201 intervenções ao longo dos três meses aqui em apreço, que se traduz na execução orçamental desta rúbrica em 33 142,48€.

Intervenção social na gestão dos bairros *– Desde a implementação do Plano de Contingência as técnicas superiores de serviço social, implementaram um reforço dos contactos com os agregados com recurso aos meios de teleconferência mantendo assim o acompanhamento dos agregados, reforçando os laços de confiança e a sua integração nos bairros.*
No entanto no trimestre em apreço, a FIGUEIRA DOMUS, E.M., mesmo com os constrangimentos existentes, de continuidade ao acompanhamento de proximidade, promovendo diversas ações e atividades de âmbito social nos bairros, tendo sido realizadas 128 visitas domiciliárias.
Importa salientar, nesta vertente, que foram ainda realizados 98 atendimentos com agregados familiares, com o fito de dar resposta a várias problemáticas sociais, e registou-se ainda a realização de 54 informações técnicas.

Recursos Humanos *– O Conselho de Administração considera essencial que, na estratégia de capacitação multidisciplinar que a sua ação exige, é fundamental garantir um modelo de formação contínua aos seus colaboradores. E no sentido de capacitar os seus recursos humanos, neste trimestre, foram várias as ações de formação frequentadas, tendo sido algumas delas consideradas de extrema relevância para o curriculum dos seus colaboradores.*

É de louvar a disponibilidade absoluta dos recursos humanos alocados a cada serviço. Tem sido uma realidade constatável e a realçar, a dedicação extrema de todos os colaboradores. A gestão dos 564 fogos e a relação com os 1460 concidadãos residentes em regime de arrendamento apoiado assim o exigem.

Fiscalização e tomada de posse administrativa de fogos *– Deu-se continuidade à realização das ações de fiscalização preventivas e corretivas, tal como à recolha e sistematização de informação que permitirá uma maior eficácia na resolução desta problemática. Assim, encontram-se em curso alguns processos para a tomada de posse administrativa de fogos que se encontram alegadamente abandonados pelos arrendatários.*

Limpeza e desinfestações *– Com a colaboração dos Serviços de Fiscalização e Higiene da Câmara Municipal da Figueira da Foz, é prática comum a realização de várias ações de sensibilização junto dos beneficiários para as boas práticas de vivência e convivência, consagrando-se uma especial atenção para com o cumprimento das normas de uso e fruição dos espaços comuns, a manutenção das condições de higiene, a salubridade e a limpeza, o incentivo à preservação e manutenção das zonas de usufruto comum. Estas ações permitem o reforço da confiança na relação entre a entidade gestora e os arrendatários e o reforço da solidariedade entre os beneficiários, concidadãos residentes nos fogos da FIGUEIRA DOMUS, E.M.,*

Presidente do Conselho de Administração

Dra. Olga Brás

Administrador Executivo

Arq. Rui Duarte

Administradora não Executiva

Dra. Margarida Viana

FIGUEIRADOMUS
empresa municipal

2.

S.A.F

2. S.A.F. –
SERVIÇO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

A FIGUEIRA DOMUS, E.M., é uma empresa Municipal de capitais públicos, é dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, detida integralmente pelo Município da Figueira da Foz.

Rege-se pela Lei 50/2012, de 31 de Agosto, com a redação a atual dada pela Lei n.º 24-D/ 2022, de 30 de dezembro , que estabelece o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, pelos Estatutos, subsidiariamente, pelo Decreto de Lei n.º 133/ 2013 de 3 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 42/ 2016, de 28 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e pelo Código das Sociedades Comerciais, na parte aplicável às sociedades comerciais anónimas.

Compete ao SAF

- Apoio ao Conselho de Administração: remeter, monitorizar e encaminhar o cumprimento das deliberações do Conselho de Administração. Secretariar o Administrador Executivo encaminhando para os diversos serviços todas as deliberações e despachos;
- Atendimento ao público, arrendatários e munícipes, tanto pessoal como telefonicamente; abertura de processos de pedido de alojamento; receção de documentação diversa; atualização anual socioeconómica;
- Tesouraria: gestão de tesouraria, rendas, acordos, fundo de maneio;
- Tratamento de informação: registar, tratar, dar seguimento, encaminhar, melhoramento da base de dados simples e de acesso a todos os serviços com informação transversal de toda a empresa (acordos, dividas, seguros, condomínios, habitações);
- Acompanhamento e atualização de análise e recuperação de dividas: mapas de dividas; mapas comparativos por bairros; histórico dos pagamentos; analisar e partilhar informação para os serviços respetivos;
- Acompanhamento, atualização e informação aos interessados de rendas e agregados familiares após informação técnica do SASIL e autorização superior;
- Otimização e acompanhamento dos procedimentos necessários para cumprimento do RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- Compilação, análise, informação e acompanhamento das apólices de seguro;
- Divulgação de informação através de elaboração e entrega de circulares informativas e SMS com informações pertinentes sobre assuntos diversos como: legislação, obras, avisos relativos à habitação social;
- Gestão do economato e material de escritório e de higienização: existências e faltas, pedidos de orçamentos, informações comparativas com proposta de adjudicação para posterior aquisição;
- Apoio aos restantes serviços da empresa.

2.1. Plano de Contingência da FIGUEIRA DOMUS, E.M. – Corona Vírus, Covid-19

A pandemia resultante do Corona Vírus obrigou a Organização Mundial de Saúde a decretar medidas severas a nível mundial. Consequentemente, e na senda das declarações de estado de emergência decretadas pelo Governo Central, foi aprovado em reunião de Conselho de Administração, a 06 de março 2020, o Plano de Contingência para o COVID-19 da FIGUEIRA DOMUS, E.M. O plano foi ajustado conforme as diretrizes da Direção Geral de Saúde.

Atualmente retomaram-se as atividades normais de serviço e externo, atendimento presencial, e o teletrabalho passou a ser exercido quando devidamente justificado e aprovado pelo Conselho de Administração.

2.2. Desenvolvimento das atividades do Serviço Administrativo e Financeiro

Não obstante as tarefas especificas que estão sob a nossa alçada, trabalhamos na melhoria continua do tratamento dos dados administrativos.

Está implementado o programa de gestão de dados e informação contabilística da *CentralGest* que substituiu o TAX – programa de taxas e licenças da AIRC. Pretende-se um programa mais intuitivo que possibilite o cruzamento dos diversos dados para um melhor e mais fácil acompanhamento a nível das diversas informações necessárias a cada um dos serviços da empresa. Este programa está a ser melhorado e atualizado à medida que vamos avocando necessidades e potencialidades.

De acordo com o SNC-AP, o programa prevê também a ligação direta com a contabilidade, o que não acontecia até aqui. O objetivo é que o programa seja a ferramenta basilar deste serviço e base de trabalho para os restantes serviços da empresa. A atualização será constante quer a nível de parque habitacional, quer a nível dos agregados familiares (novas atribuições ou alterações dos existentes e (re)cálculos de renda.

Com manifesto sentido disciplinador e de alerta, no que diz respeito à legislação em vigor e às obrigações dos arrendatários, foram emitidos ofícios de notificações para pagamento de divida.

No âmbito da missão social desta empresa municipal, e para a obrigatória atualização socioeconómica e necessária recuperação dos valores em divida, foram mantidos e redefinidos os meios de contato e atendimento dos beneficiários. Em estreita ligação com o serviço de ação social, foram tratadas as informações administrativas e financeiras por forma a promovermos medidas proveitosas que contribuam positivamente para a dinâmica da empresa, tendo sido mantidas e reforçadas as ações de sensibilização através da intensificação dos contactos telefónicos para com os beneficiários devedores, no intuito de os convocar ao cumprimento do pagamento das rendas, se se mantiverem as limitações e contingências distanciamento social.

O serviço procedeu ao envio de diversos ofícios, que destacamos:

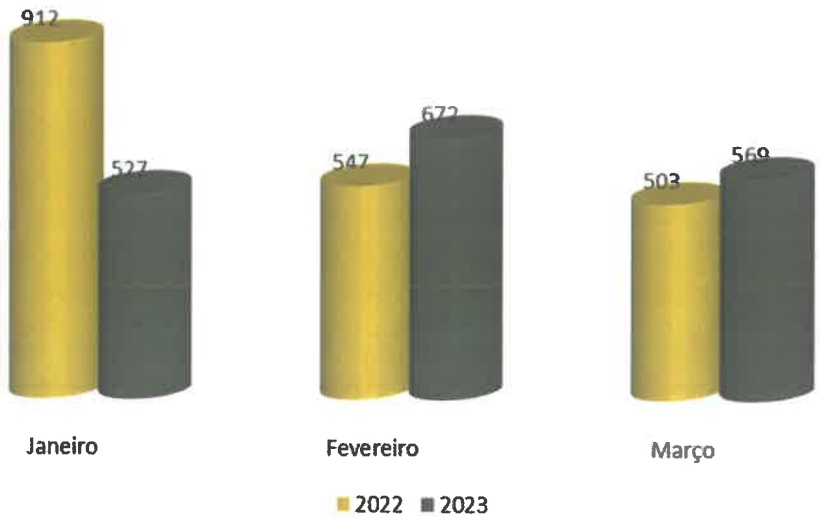
- 279 recibos de rendas por transferência bancária.

A história recente obrigou-nos à adoção de outro tipo de comunicação, SMS, que se tem revelado uma mais-valia face a todas as limitações físicas e de proximidade existentes. Com este serviço de SMS Express é possível intensificar de forma controlada os contactos com os BHS, procedendo à informação do valor de divida, prazos e meios de pagamento.

URGENTE –Proceda ao pagamento da sua divida com a Figueira Domus, EM e evite processo jurídico e custas judiciais.Se já liquidou ignore o conteudo do SMS

Complementarmente, e privilegiando a comunicação e informação dos beneficiários, utilizamos a plataforma de SMS para os mais diversos assuntos e alertas. Assim, neste trimestre, foram enviadas 1768 mensagens.

Gráfico 1 – SMS enviados



Procedemos à execução do trabalho administrativo quotidiano, nomeadamente, abertura administrativa do Processos de Procura de Alojamento (14); asseguramos o trabalho de *front office* e tesouraria (emissão e envio de recibos) rececionamos e encaminhamos a documentação e informação interna e externa quer física, digital ou telefónica; recalculamos rendas, efetuamos alterações de agregados familiares e acordos tanto nos processos físicos como nos informático).

A base de dados do espólio patrimonial da empresa é atualizada sempre que se justifica. O arquivo e consulta dos dados identificativos dos fogos é agora bastante mais ágil e de fácil consulta.

2.2.1. Adaptação ao RGPD

A FIGUEIRA DOMUS, E.M., precisa de recolher e tratar dados pessoais de pessoas singulares para a sua atividade. Isto inclui informação de munícipes, beneficiários de habitação social, arrendatários, requerentes de processo de procura de alojamento, fornecedores, colaboradores e de outras pessoas e membros de organizações que contactou ou venha a necessitar contactar.

A política de RGPD da empresa., descreve a forma como os dados pessoais devem ser recolhidos, manipulados e armazenados de acordo com os requisitos de proteção de dados da FIGUEIRA DOMUS, E.M., e com a lei, independente do seu suporte (eletrónico, em papel ou em qualquer outro).

No seguimento da entrada em vigor do Regulamento UE 2016/679, de 27/04 – Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais, este serviço, em estrita coordenação com o Conselho de Administração, está a trabalhar no sentido de adaptar todos os procedimentos administrativos por forma a cumprir e assegurar a política de proteção de dados pessoais

2.2.2. Informatização Documental

Estamos a dar continuidade à informatização dos arquivos dos diversos serviços da FIGUEIRA DOMUS, E.M.. Este processo teve início em 2018 e terá continuidade nos próximos anos. A documentação a digitalizar abrange todos os serviços da empresa, especificamente no que diz respeito a: Processo de Procura de Alojamento, histórico dos arrendatários, histórico das habitações, compilação de informação dos condomínios, seguros. Conscientes que será um processo longo estamos certos que futuramente nos irá permitir um mais célere e cuidado tratamento de cada processo. Neste trimestre este trabalho incidiu sobre:

- Elaboração de programação de procedimentos de rotina da empresa, nomeadamente gestão de receção e distribuição de comunicações telefónicas, para uma melhor gestão da informação de reclamações;
- Implementação de novos serviços de "Alertas/Informação" aos arrendatários, nomeadamente "Serviços de Mensagens Curtas" SMS Express, e Serviços de pagamento por "Entidade/Referencia por Multibanco" MEO Wallet, no seguimento do firme propósito da administração da empresa, de modernizar e agilizar os métodos de cobrança/pagamentos;
- Automatizar base de dados para agilizar a expedição de correspondência externa, e respetiva digitalização, permitindo uma maior celeridade do processo e melhor controlo e arquivo documental relativo ao património da empresa;

Estão implementadas as Base de dados dinâmica de, com a respetiva documentação apensa, relativa às frações geridas pela FIGUEIRA DOMUS, E.M

Para além disso, e no âmbito de um estágio profissional, demos especial enfase à digitalização do histórico de constituição da empresa, tendo sido reforçada a continuidade de informatização dos processos dos diversos serviços da FIGUEIRA DOMUS, E.M.:

- Digitalização de contratos e processos de aquisição de bens e serviços decorrentes do normal funcionamento da empresa (serviços essenciais, telecomunicações, equipamentos, etc)

- Comutativamente à colaboração prestada ao SITEP e SFGEC, estamos a proceder ao arquivo digital de toda a documentação inerente e respeitante aos processos e procedimentos de seguros e condomínios;
- Melhoria da base de dados relativa à aplicação do 7º e respetiva digitalização dos procedimentos envolvidos;
- Reporte de chamadas telefónicas por meio informático para todos os serviços.

2.2.3. Informática

A renovação do parque informático e do novo programa informático potencia uma maior proteção dos dados e dos elementos de cada agregado familiar.

No primeiro trimestre foram efetuadas algumas atualizações nomeadamente ao circuito de vpn, tendo sido aumentado o seu nível de segurança contra tentativas de ataques

Foram também efetuadas algumas melhorias ao sistema de backups e implementado mais uma camada de redundância, usando os recursos previamente adquiridos na solução de *office* 365.

Foi dada continuidade à implementação da plataforma *Microsoft SharePoint Cloud* e *OneDrive*.

A nível de hardware foram adquiridas componentes com vista à atualização dos postos de trabalho que começam a ficar obsoletos.

2.3. Recursos Humanos

2.3.1 Ações de Formação

Não houve frequência em ações de formação.

2.4. Domínios da Empresa

A FIGUEIRA DOMUS, E.M., faz a gestão habitacional dos bairros sociais da Figueira da Foz. Neste trimestre estão arrendados em regime de renda apoiada 505 fogos. As rendas atuais têm valores compreendidos entre os 7,21€ e 458,95€, representando a renda mínima 20,2% das rendas aplicadas, que corresponde a 101 rendas. A percentagem mais elevada dos valores de renda mantém-se entre 7,21€ e 20,00€, e representa 26,5%, que corresponde a 133 rendas.

Em Vila Verde existem 15 garagens, todas arrendadas em regime normal, com uma mensalidade de 69,88€.

Temos 5 lojas, 4 em Brenha, 3 estão protocoladas com instituições locais, 1 arrendada com mensalidade de 60,00€ e 1 na Quinta do Paço que é utilizada pelos serviços desta empresa enquanto estaleiro. Está uma loja vaga em Brenha.

2.4.1. Total de Fogos

O património gerido pela FIGUEIRA DOMUS, E.M. à data de 31 de março era de 573 fogos, 15 garagens e 5 lojas num total de 593 frações. Destas encontravam-se arrendadas 510 frações, 14 frações destinadas a protocolos com Instituições e estavam devolutos 69 fogos.

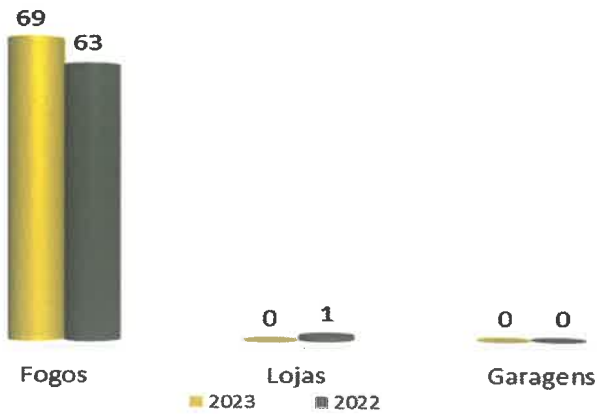
Quadro 1 – Frações sob gestão da FIGUEIRA DOMUS, E.M.,

	Total	Ocupados	Protocolados	Devolutos
Fogos	573	490	14	69
Lojas	5	5	0	0
Garagens	15	15	0	0
TOTAL	**593**	**510**	**14**	**69**

Para dar resposta a diversas situações de âmbito social, que carecem de resposta habitacional urgente, estão protocolados 14 fogos, a saber:

- 2 fogos ao abrigo do Protocolo com a Cruz Vermelha Portuguesa;
- 1 fogos com o Hospital Distrital da Figueira da Foz;
- 2 fogos com a Associação Fernão Mendes Pinto;
- 2 fogos com a Associação Novo Olhar
- 7 fogos para fins especiais transitórios e bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário.

Gráfico 2 – Comparativo de frações devolutas



No período homólogo estavam devolutas 64 frações, e o património gerido era de 584 frações.

2.4.2. Total de Beneficiários de Habitação Social (BHS) – famílias

Atualmente contabilizamos 1275 pessoas, residentes nos nossos bairros e que correspondem a 490 titulares de contratos tripartidos, destes 331 têm idade igual ou inferior a 18 anos e 184 têm idade superior a 65.

Registe-se que 154 agregados são compostos por apenas 1 elemento, o que representa 23,61% do universo dos beneficiários. Destes, 62 indivíduos têm idade igual ou superior a 65 anos e 4 têm menos de 40. Apenas 17% estão em tipologia adequada - T1.

2.4.3. Atualização Anual de Dados dos Agregados Familiares

Este serviço efetua o recálculo de renda, após receção de documentos e informação técnica do SASIL, oficia e informa o BHS, procedendo posteriormente à atualização dos dados no programa CentralGest.

Este trimestre, remetemos 611 ofícios, sobre:

- 23 por atualização de renda;
- 6 por atualização de renda e agregado familiar;
- 7 por atualização de renda e autorização de permanência;
- 3 por alteração de titularidade;
- 15 por atualização de renda de garagem;
- 16 por assuntos diversos.

Complementarmente ao ofício de atualização de renda, a informação é reforçada via SMS:

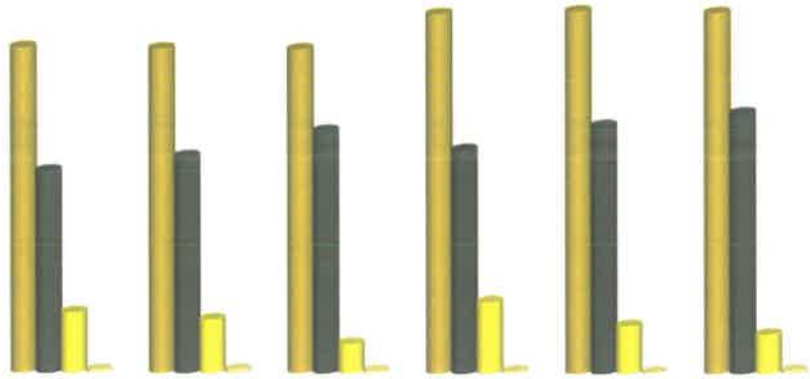
Atualização de renda - (nome BHS) foi atualizada a sua renda a partir de (mês) para xx,xx€ - Contatos 233401440 ou geral@figueiradomus.pt

2.5. Evolução das Receitas e Rendas

O gráfico 3 elucida a evolução, e compara com o período homólogo, do valor de rendas emitidas em regime de arrendamento apoiado no valor pago quer de rendas do ano e dos anos anteriores, dos juros de mora por atraso no pagamento das rendas em regime de arrendamento apoiado referente ao 1º trimestre de 2023.

Registamos um aumento percentual de 11,17% do valor das rendas emitidas (8.242,72€) em regime de arrendamento apoiado, comparativamente com o período homólogo, bem como um aumento de 10,74% do valor pago (5.378,12€) pelos arrendatários, relativo ao valor emitido neste trimestre, em comparação com o mesmo período do ano transato.

Gráfico 3 – Comparativo período homólogo da emissão de rendas, receita

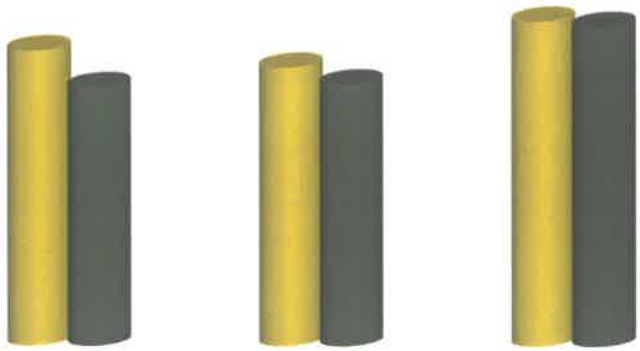


	janeiro	fevereiro	março	janeiro	fevereiro	março
		2022			2023	
Valor emitido renda	24 656,20 €	24 570,83 €	24 545,81 €	27 222,76 €	27 453,42 €	27 339,38 €
Valor pago do ano	15 300,42 €	16 422,46 €	18 368,37 €	16 945,44 €	18 782,88 €	19 741,05 €
Valor pago anos anteriores	4 589,75 €	4 071,41 €	2 260,32 €	5 422,48 €	3 629,80 €	2 980,00 €
Mora	234,85 €	262,91 €	210,76 €	196,81 €	101,85 €	275,27 €

Em comparação com o período homólogo, houve um aumento no valor recebido de 1.110,80€, relativamente ao pagamento de rendas de anos anteriores.

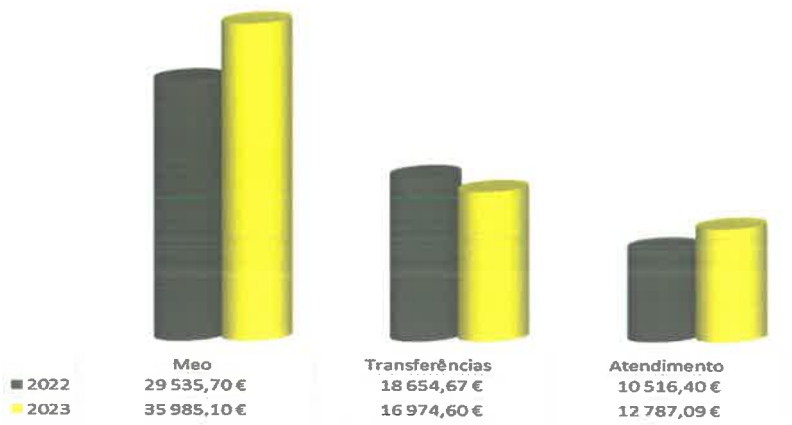
O serviço de SMS é uma forma de promover diversas formas de pagamento. Registamos alterações a neste âmbito, pelo que assistimos a uma alteração comportamental, estando a diminuir os pagamentos efetuados presencialmente na tesouraria da empresa.

Gráfico 4 – Comparativo número de pagamentos Altice Pay



	Janeiro	Fevereiro	Março
2023	178	168	196
2022	156	158	193

Gráfico 5 – Comparativo de valores nas diferentes formas de pagamento



2.5.1. Evolução das dívidas

Atualmente são acompanhados 137 arrendatários que têm histórico intermitente no incumprimento do pagamento da dívida e/ou renda.

Quadro2 – Devedores com histórico

Brenha	Quinta Paço	Vila Robim	Mártir Santo	Pescadores	Cruzeiro	Alto Fonte	Bela Vista	Vila Verde	Gala	Hospital	Leirosa	Dispersos	TOTAL
38	8	6	5	4	0	0	1	19	22	6	27	1	137

Para tratamento destes processos, é dada primazia aos contatos telefónicos (SAF e SASIL), e posteriormente são enviadas convocatórias para atendimentos presencias. Fruto desta articulação entre serviços foram estabelecidos 3 acordos de pagamento de divida, que pressupõem 2 meses de cumprimento efetivos.

Não obstante, é habitual os beneficiários juntam algumas mensalidades e procedem ao seu pagamento, particularmente quando contactados para o efeito e dado que, na sequência da deliberação de reunião de câmara de 06 abril de 2020, continuam suspensas as aplicações de sanções moratória e pecuniárias compulsória, reflete-se numa não aplicação dos juros de mora.

Como forma disciplinadora, e até assinatura do acordo de pagamento de dívida, procedemos à cobrança das rendas mais antigas, não se refletindo estes pagamentos nas rendas do mês em curso.

Registamos 37 beneficiários que procederam a pagamentos superiores a 3 mensalidades.

Quadro 3 – Número de BHS com pagamentos integrais

Brenha	Quinta Paço	Vila Robim	Mártir Santo	Pescadores	Cruzeiro	Alto Fonte	Bela Vista	Vila Verde	Gala	Hospital	Leirosa	Dispersos	Total
15	4	4	1	0	0	0	1	5	4	0	3	0	37

Da informação e processos direcionados nos anos transatos para o Serviço Jurídico, com os quais já não é possível qualquer intervenção do SAF, ou SASIL não obtivemos até à data qualquer desenvolvimento.

Contamos atualmente com 56 processos reencaminhados para aquele serviço, que aguardam parecer e tratamento jurídico .

2.5.2. Controlo das dividas

O gráfico abaixo representa a distribuição dos arrendatários devedores por bairro.

Gráfico 6 – Número de devedores por Bairro

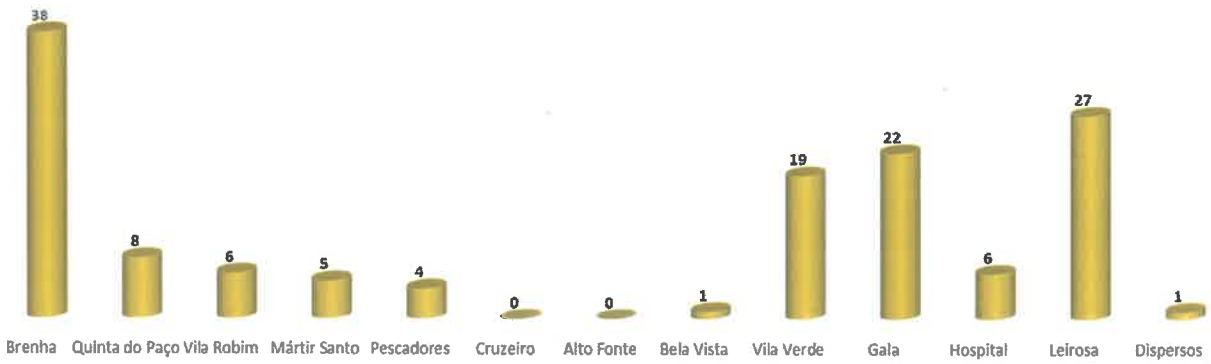
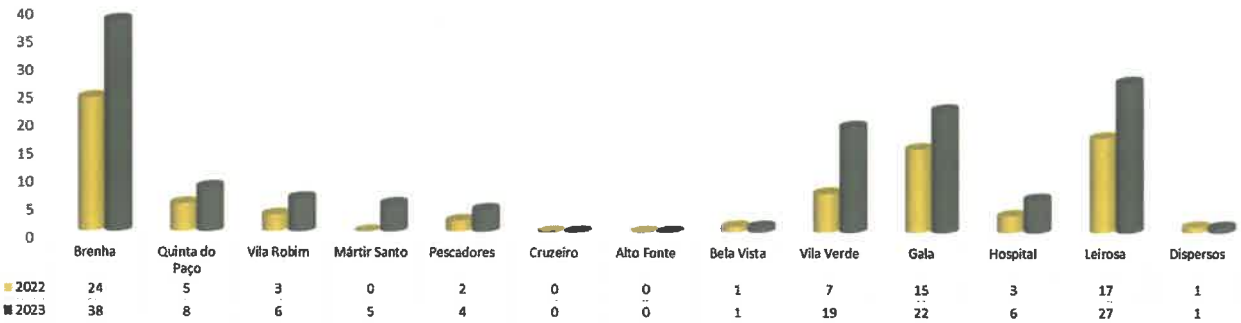


Gráfico 7 – Total de Devedores - Comparativo no Período Homólogo



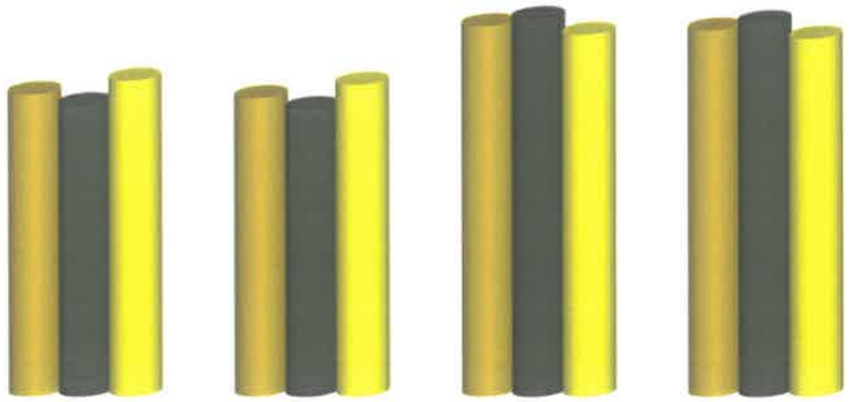
Os bairros de Fonte Nova, em Brenha, e Leirosa, na Marinha das Ondas, continuam a ser os bairros em que registamos mais incumpridores.

Neste trimestre registamos um aumento de 9,60 %, no 1.º trimestre de 2023, comparativamente ao 4.º trimestre de 2022. Neste período os processos ficaram pendentes no Jurídico ou para visita interdepartamental e dada a descontinuidade no acompanhamento os BHS devedores voltaram a incumprir.

O facto de atualmente potenciarmos o pagamento por transferência bancária, sistema integrado da *Altice Pay* e pagamento presencial acumulado ao facto de não se proceder a acréscimo de coimas, os beneficiários optam não procedem ao da sua renda nem de forma regular, nem mensal: optam por acumular mensalidades e procedem ao pagamento das rendas de forma acumulada. Por exemplo: no mês de julho não pagaram e no início do mês de agosto procederam ao pagamento das 2 rendas. Por este motivo, não estamos a refletir os meses, mas o valor por trimestre.

No entanto esse impacto global do trimestre é reduzido pelos esforços efetuados durante o mês de fevereiro e março, meses em que se adotou na integra a nova abordagem à recuperação de dívidas e modelo de comunicação junto dos arrendatários, potenciou que alguns arrendatários procedessem ao pagamento das suas rendas e dividas através de transferência bancária.

Gráfico 8 –Total de pagamentos por Altice Pay - Comparativo no Período Homólogo

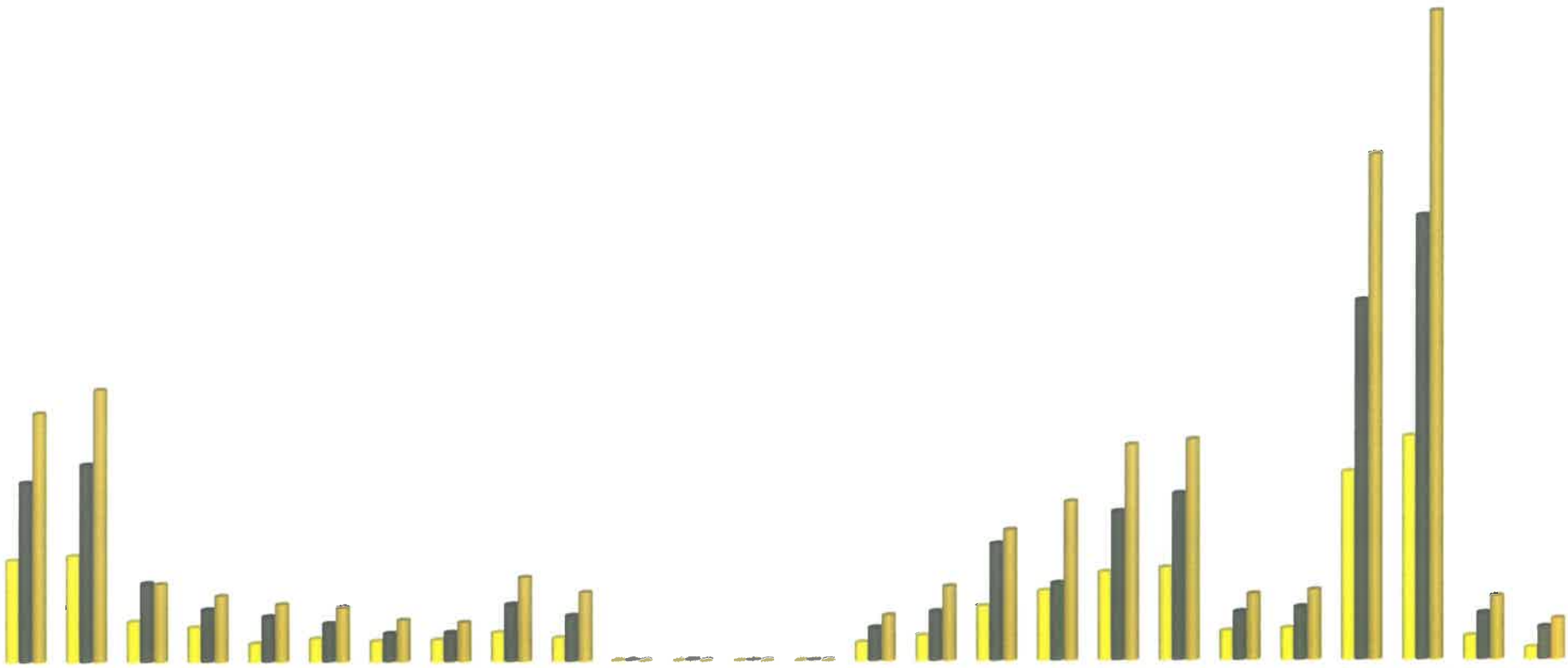


	2022		2023	
	Total Mensal Pago	Total Mensal Depositado	Total Mensal Pago	Total Mensal Depositado
Janeiro	9 843,33 €	9 721,53 €	12 062 €	11 928 €
Fevereiro	9 485,75 €	9 364,78 €	12 297 €	12 166 €
Março	10 279,96 €	10 150,02 €	11 783 €	11 652 €

O gráfico que se segue explica a evolução da dívida no 1º trimestre de 2023 em comparação com o período homólogo, verificando-se um aumento acumulado da divida em 2.419,96€.

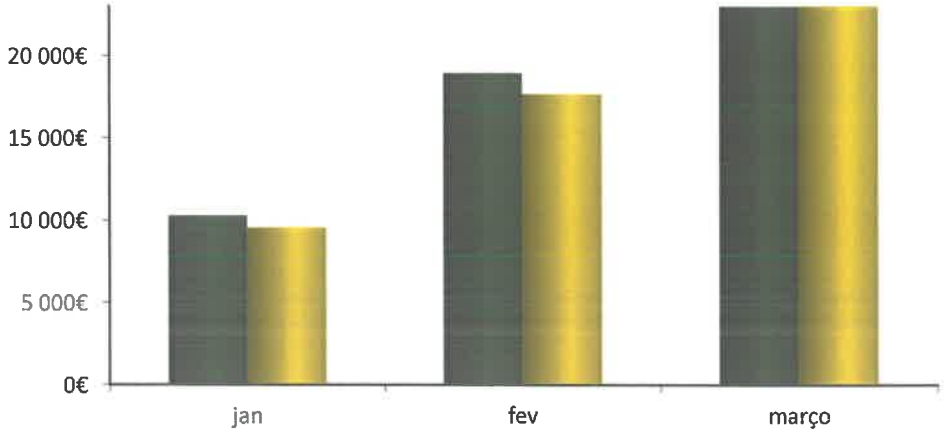
Este aumento reflete-se 35,72% dos bairros comparativamente com o período homólogo. Em 50% dos bairros existiu uma diminuição do valor da divida.

Gráfico 9 – Comparativo período homólogo e Evolução Dívidas de rendas apoiadas –



	Brenha		Quinta do Paço		Vila Robim		Mártir Santo		Pescadores		Cruzeiro		Alto Fonte		Bela Vista		Vila Verde		Gala		Hospital		Leirosa		Dispersos	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
jan	1 532	1 599	601 €	512 €	272 €	341 €	305 €	324 €	428 €	349 €	7 €	- €	- €	- €	275 €	371 €	814 €	1 045	1 326	1 390	432 €	470 €	2 829	3 357	350 €	175 €
fev	2 708	2 977	1 183	781 €	676 €	570 €	417 €	431 €	856 €	684 €	3 €	11 €	- €	- €	497 €	739 €	1 760	1 162	2 240	2 509	725 €	794 €	5 420	6 696	701 €	490 €
mar	3 755	4 106	1 170	987 €	862 €	804 €	622 €	585 €	1 264	1 033	- €	- €	- €	- €	682 €	1 120	1 966	2 393	3 244	3 322	994 €	1 050	7 620	9 779	951 €	613 €

Gráfico 10 - Evolução da divida



	jan	fev	março
2023	10 277,32 €	18 947,83 €	26 546,19 €
2022	9 548,84 €	17 668,39 €	23 681,59 €

Mesmo assim, e supomos que em parte causada ainda pelas consequências financeiras da pandemia de COVID-19, verifica-se que continua a existir um aumento do valor em divida, tendo registado um aumento do incumprimento do pagamento da renda em cerca de 12,09% comparativamente com o período do ano homólogo.

2.5.3. Aplicação de Retroativos

Nos termos do n.º 7 do art.º 23º da Lei n.º 82/2014 de 19 de dezembro, na sua redação dada pela Lei n.º 32/2016 de 24 de agosto, por incumprimento da obrigação de comunicar à empresa no prazo de 30 dias alterações de rendimentos e/ou agregado familiar.

Esta coima não está a ser aplicada, com base na deliberação de câmara em que, devido à situação socio económica decorrente da pandemia, suspendeu a aplicação de juros de mora e coimas.

Apesar disto, neste trimestre foi possível recuperar o montante de 75,00€. Este valor não é contabilizado em recuperação de dívida de rendas.

2.5.4. Apoio aos serviços da Empresa

O SAF assegura que toda a informação é devidamente tratada e acompanhada dando seguimento aos processos; remete, monitoriza e encaminha o correto seguimento das deliberações do Conselho de Administração. Dá apoio administrativo direto ao Administrador Executivo, entre outras atividades, encaminha para os diversos serviços todas as deliberações e despachos.

Colabora com os restantes serviços da empresa, especificamente:

- Com o SASIL:
  - na identificação e atualização bimensal da base de dados dos agregados beneficiários do RSI e que se apresentam como devedores para tratamento junto das devidas instituições;
  - elaboração de mapas de dividas para celebração de acordos;
  - acompanhamento nos atendimentos para atualização socioeconómica.
- Com o SITEP:
  - Elaboração de base de dados informática de dados patrimoniais e de seguros;
  - Atualização dos seguros do património da empresa a nível das coberturas e valores segurados com base nos índices para 2019/2020;
  - Otimização dos procedimentos da gestão dos sinistros com as seguradoras, proporcionando a articulação com os vários serviços intervenientes, nomeadamente o SITEP, SAF e SFGEC, resultando no controlo mais eficaz dos processos ativos;
  - Colaboração e manutenção na higienização e limpeza dos veículos da empresa;
  - Colaboração na limpeza de fogos, no antes e após obra;
  - Colaboração na informação, via SMS, aos arrendatários em situações relativas a obras e intervenções.
- Com o SFGEC:
  - Em ações de fiscalização, no controlo dos consumos de eletricidade, na verificação da higienização das áreas comuns
  - Elaboração de base de dados respeitante aos condomínios e dos proprietários que estão inseridos nos bairros sociais;
  - Elaboração dos procedimentos legais das convocatórias aos proprietários para as reuniões efetuadas na empresa, com vista á concordância e aprovação dos valores das obras a realizar nos bairros, com o eventual apoio para a elaboração das participações das frações seguras de particulares, integradas no âmbito da tempestade Leslie;
  - Elaboração de base de dados dos proprietários que integram os Bairros Sociais;
  - Atualização da informação referentes aos condomínios já constituídos, nomeadamente ao nível de controlo da gestão das empresas nomeadas e elaboração de processos de seguro dos danos ocorridos nas frações, da responsabilidade da FIGUEIRA DOMUS, E.M., , EM;
  - Otimização dos procedimentos da gestão dos sinistros com as seguradoras, proporcionando a articulação com os vários serviços intervenientes, nomeadamente o SITEP e SFGEC, resultando no controlo mais eficaz dos processos ativos;
  - Abertura de novos processos para a transmissão da gestão dos espaços comuns dos prédios da empresa para empresas particulares de gestão de condomínios credenciadas para o efeito.
- Com o Serviço Jurídico:
  - Preparação e envio da documentação diversa;
  - Mapas de divida;
  - Histórico dos processos dos beneficiários devedores para notificação jurídica;
  - Apoio administrativo na elaboração de notificações e comunicações diversas com os BHS, bem como na execução de contratos, acordos entre outros documentos.

3.

S.A.S.I.L.

3. S.A.S.I.L.
SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL E INTERVENÇÃO LOCAL

3.1. Gestão e Intervenção Social

São competências do SASIL apoiar o Conselho de Administração na elaboração de orientações estratégicas no âmbito da gestão social, organizar e orientar o processo de atribuição de fogos, incluindo a preparação das famílias no processo de mudança, proceder à gestão social dos bairros e articular as competências da empresa, em matéria de gestão social, com outras entidades públicas e/ou privadas, bem como dinamizar projetos de intervenção de cariz social nos diversos bairros sociais.

O SASIL procedeu à elaboração de relatórios sociais, informações e propostas técnicas, inerentes às competências deste serviço.

No período em análise foram elaboradas 54 informações técnicas, constatando-se uma maior incidência no que respeita à variável "atualização de rendimentos".

Gráfico 11 – Informações Sociais

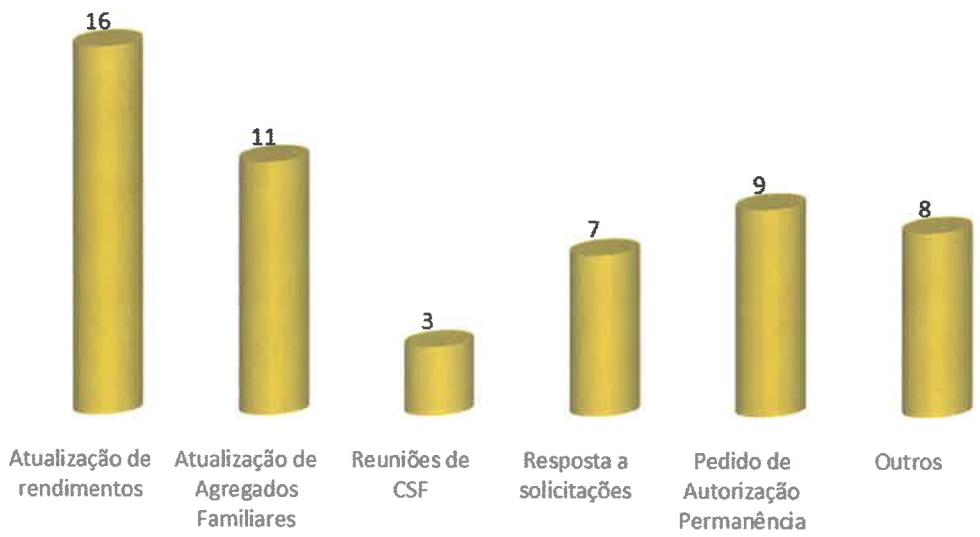
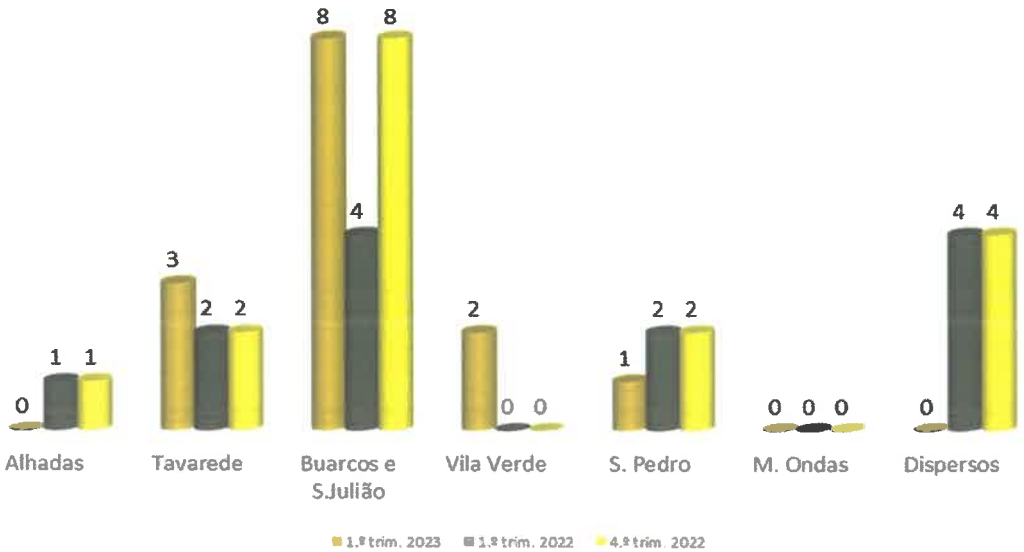


Gráfico 12 – Comparativo de Informações Sociais



No que concerne ao número de informações sociais efetuadas, verificou-se um aumento de 125,00% e de 12,50% relativamente ao período homólogo de 2022 e ao trimestre transato, respetivamente

3.1.2. Abertura de Processos de Procura de Alojamento

No 1.º trimestre de 2023, procedeu-se à abertura de 14 Processos de Pedido de Alojamento (PPA).

Gráfico 13 - Número de processos de pedidos de habitação por freguesia

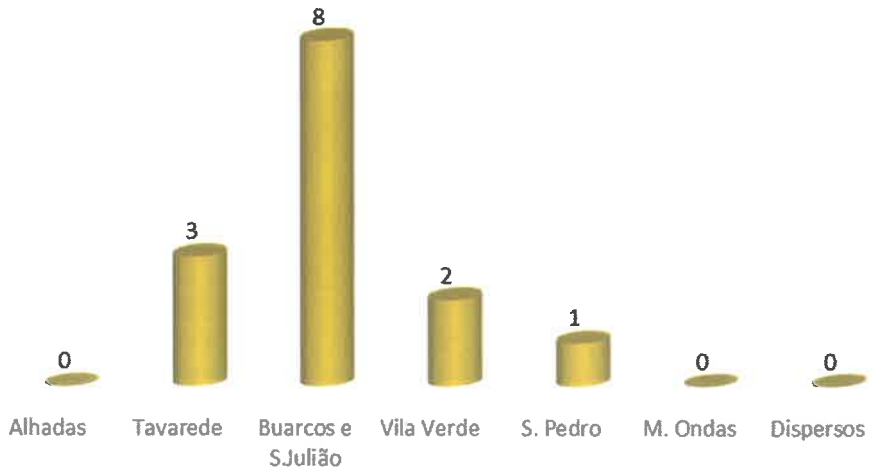
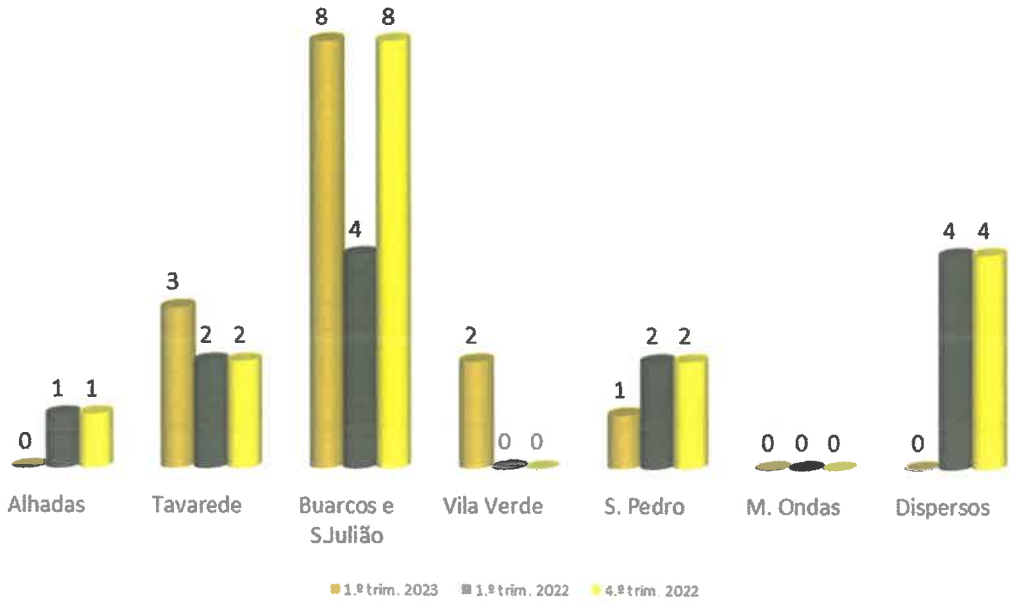


Gráfico 14 - Comparativo de processos de pedido de alojamento efetuados por freguesia



Pela análise dos gráficos, verificou-se um aumento de 7,69% relativamente ao trimestre homólogo de 2022 e uma diminuição de 17,64%, comparativamente ao trimestre transato.

3.1.3. Verificações Habitacionais de PPA

No decorrer do 1.º trimestre de 2023, realizaram-se 30 verificações habitacionais, sendo que estas incidiram sobre 10 novos processos de pedido de alojamento e 20, referem-se a processos abertos em trimestres transatos, dos quais 7 sofreram alterações de residência.

Gráfico 15 - Número verificações habitacionais de processos de pedidos de alojamento

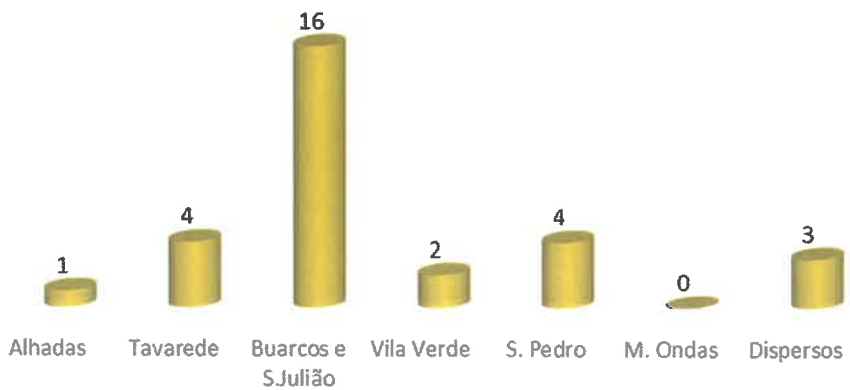
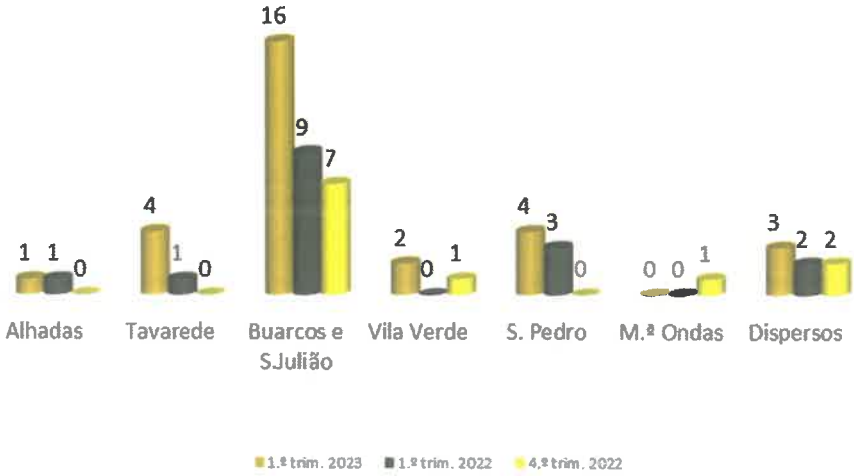


Gráfico 16 – Comparativo do número verificações habitacionais

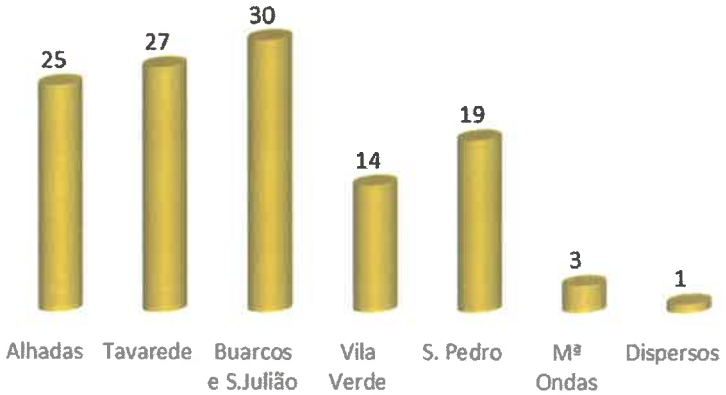


Pela análise dos gráficos, verificou-se um aumento no número de verificações habitacionais realizadas de 87,50% e de 172,72% relativamente ao período homólogo de 2022 e ao trimestre transato, respetivamente.

3.1.4. Atendimentos

Privilegiando-se o contacto direto com os beneficiários e requerentes, as técnicas do SASIL prosseguiram com os procedimentos inerentes ao modelo de gestão integrada, efetuando 119 atendimentos. Estes distribuíram-se pelas seguintes freguesias:

Gráfico 17 - Número de atendimentos efetuados por freguesia

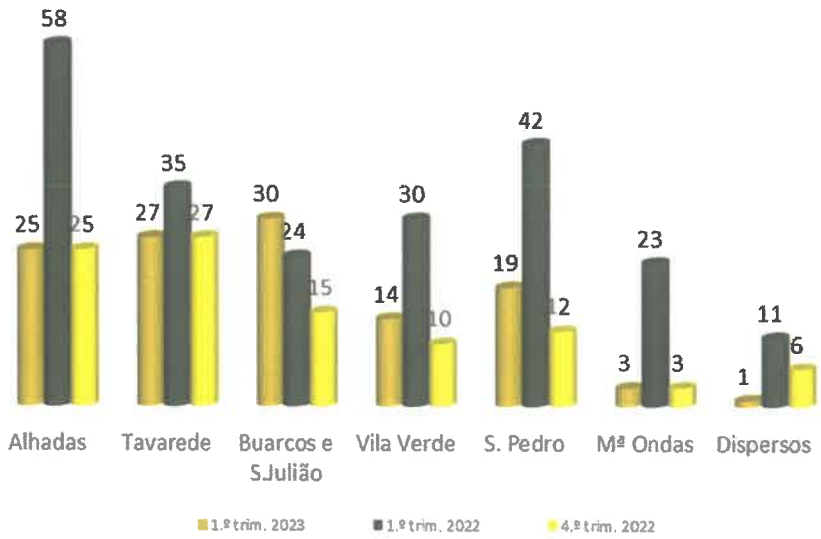


Os problemas apresentados pelos utentes foram de índole diversa, sendo na sua maioria:

- Pedidos de reavaliação do valor da renda, em função das alterações de rendimentos, situações de desemprego e/ou alteração da composição dos agregados familiares;

- Receção de documentação para atualização e cálculo de rendas, no cumprimento do Art.º 25.º do Regulamento de Atribuição e Gestão da Habitação Social;
- Receção de documentação para atualização de processos de pedido de habitação, na sequência da verificação habitacional realizada;
- Atualização dos processos de pedido de habitação social – mudança de residência, alteração de rendimentos e da composição do agregado familiar;
- Pedidos de autorização de permanência temporária nos fogos;
- Conflitos de vizinhança e gestão dos espaços comuns - os moradores apresentam queixas diversas relativas aos seus vizinhos, designadamente: barulhos em horário proibido por lei, entradas e saídas nos prédios por parte de pessoas estranhas, desinteresse e falta de colaboração na limpeza e conservação dos espaços comuns;
- Carência habitacional grave face a iminentes ações de despejo;
- Auxílio na prestação de informação, bem como, na realização de candidaturas aos programas de apoio ao arrendamento, designadamente, Programa de Arrendamento Acessível e Porta de Entrada, ambos promovidos pelo IHRU, I.P...

Gráfico 18 - Comparativo do número de Atendimentos efetuados por freguesia



Pela análise do gráfico, constatou-se um aumento de 21,42% no n.º de atendimentos efetuados comparativamente ao trimestre transato. Relativamente ao período homólogo de 2022, verificou-se uma diminuição de 46,64%.

Os atendimentos acima mencionados, foram efetuados pelo SASIL, em gabinete de atendimento e com marcação prévia, ainda que, muitos sejam realizados via telefone. Muitos outros ocorreram, ainda, no seguimento de visitas domiciliárias efetuadas nos diversos bairros, quer apenas pelas técnicas do SASIL, quer em parceria com os outros serviços, nomeadamente, o SITEP e o SFGEC.

3.1.5. Visitas Domiciliárias

No período em análise foram realizadas 128 visitas domiciliárias.

Gráfico 19 - Número de visitas domiciliárias efetuadas por freguesia

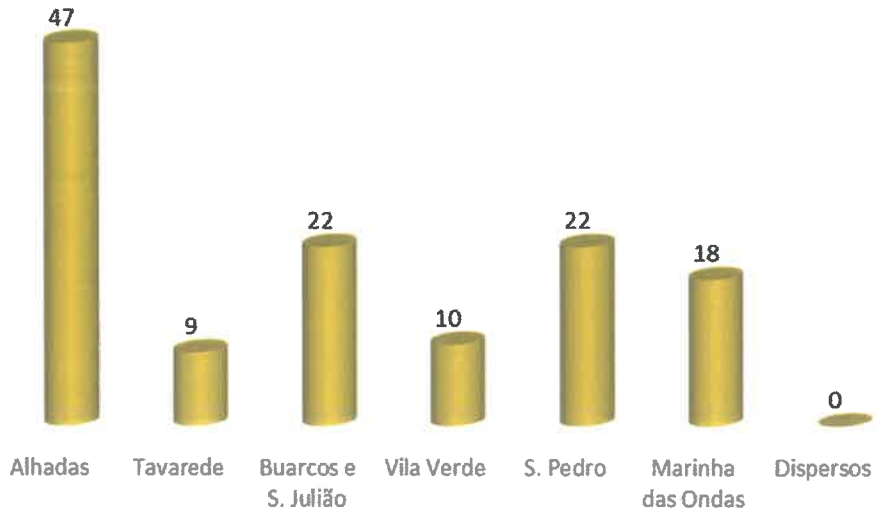
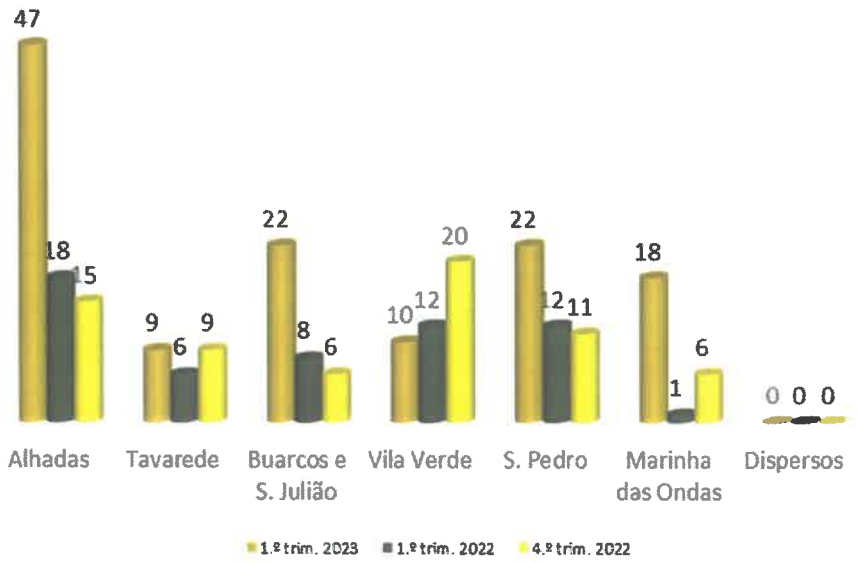


Gráfico 20- Comparativo do número de visitas domiciliárias efetuadas por freguesia

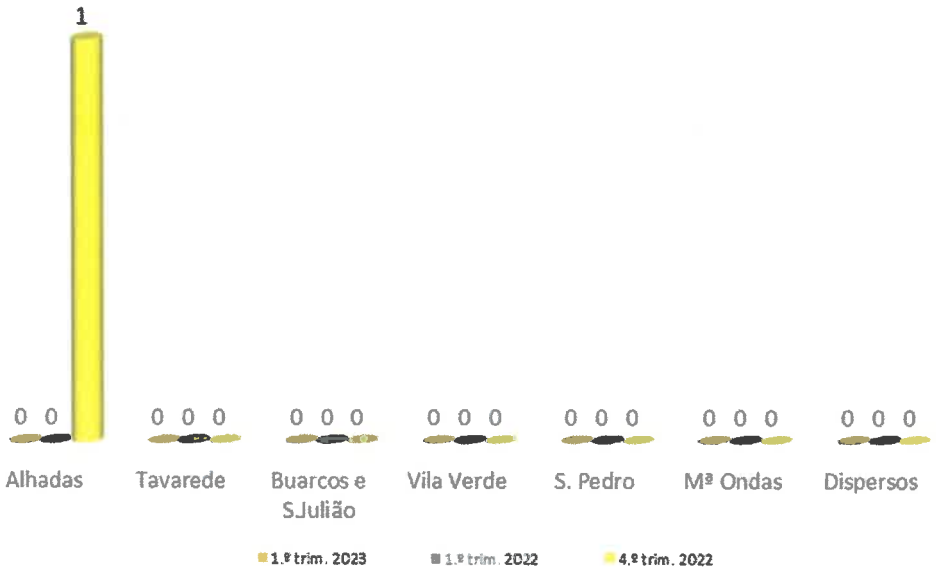


Na análise do gráfico, no 1.º trimestre de 2023, constatou-se um aumento de 124,56% e de 91,04% relativamente ao período homólogo de 2022 e ao período transato, respetivamente

3.1.6. Atribuições ao abrigo do concurso por inscrição

No decorrer do 1.º trimestre de 2023, não se realizaram atribuições de fogos municipais, verificando-se uma diminuição de 100% relativamente ao trimestre transato, no qual foi realizada uma atribuição. Quanto ao período homólogo de 2022, não se verificou qualquer variação, uma vez que, em ambos os períodos, não se realizaram atribuições.

Gráfico 21 – Comparativo de atribuições



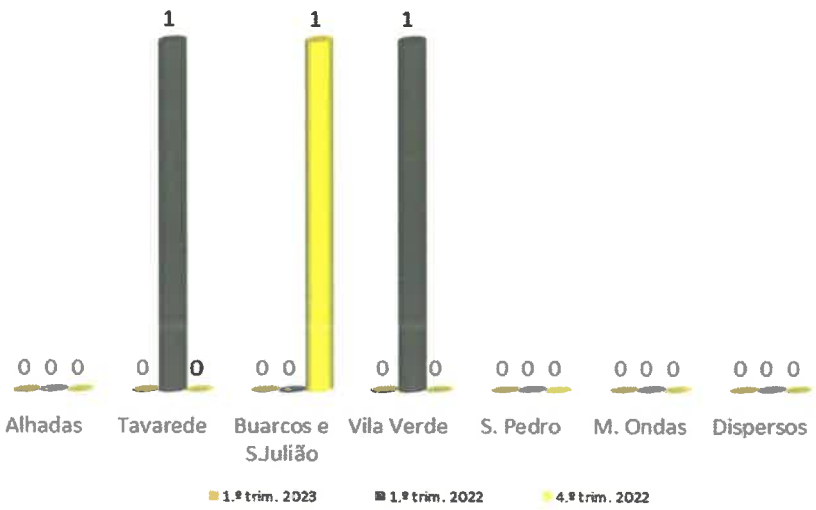
3.1.7. Atribuições em Regime de Exceção

No 1.º trimestre de 2023, não foi realizada qualquer atribuição de caráter excecional, enquadrada no artigo 14.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 32/2016 de 24 de agosto e no artigo 20.º do Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação Social, à semelhança dos restantes períodos em análise.

3.1.8. Transferências

No período em análise, não foi realizada qualquer transferência de fogo.

Gráfico 22 – Comparativo de transferências

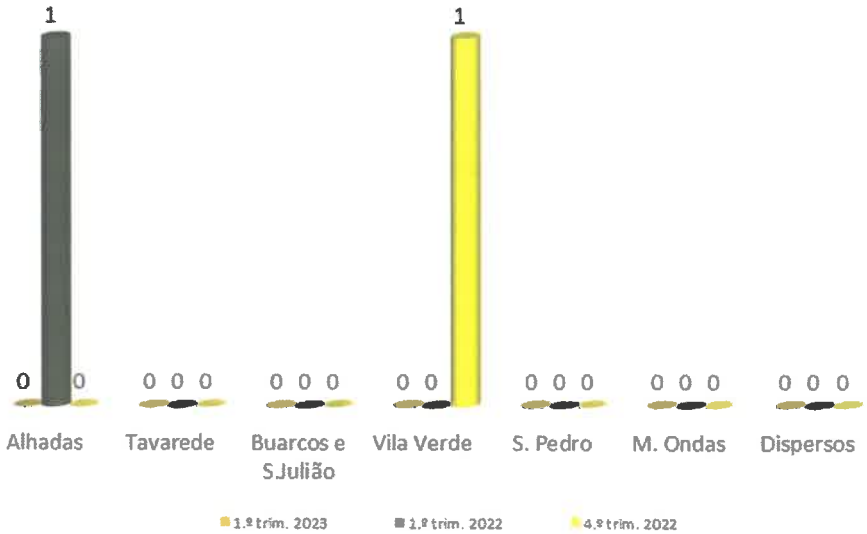


No que respeita à transferência de fogos, verificou-se no 1.º trimestre de 2023, uma diminuição de 100% relativamente ao período homólogo de 2022, no qual se realizaram duas transferências e ao trimestre transato, no qual se realizou apenas uma..

3.1.9. Permutas

No 1.º trimestre de 2023, não foi realizada qualquer permuta.

Gráfico 23 – Comparativo de permuta



De acordo com a análise do gráfico acima, constata-se que, no trimestre em análise, se verificou uma diminuição comparativamente aos restantes períodos em análise, nos quais se realizaram duas permutas, uma no período homólogo de 2022 e outra no 4º trimestre de 2022.

3.1.10. Acordos de Pagamento

Verificando-se a existência de beneficiários de habitação social devedores e, considerando como uma das prioridades da empresa a redução dos valores em dívida, bem como, a diminuição do número de devedores, no estrito cumprimento do plano de recuperação de dívidas e em plena coordenação com o SAF, as técnicas do Serviço de Ação Social e Intervenção Local, efetuaram contactos permanentes aos beneficiários com rendas em atraso, no sentido de os sensibilizar para o cumprimento do seu pagamento nos prazos legais e para as consequências inerentes ao incumprimento.

Este processo implicou a sensibilização e notificação dos beneficiários devedores para regularização da dívida, procedendo à elaboração de acordos de pagamento em prestações mensais, de acordo com a capacidade económica de cada agregado.

Foram efetuados 3 acordos de pagamento.

Gráfico 24 - Número de acordos de pagamento efetuados por freguesia

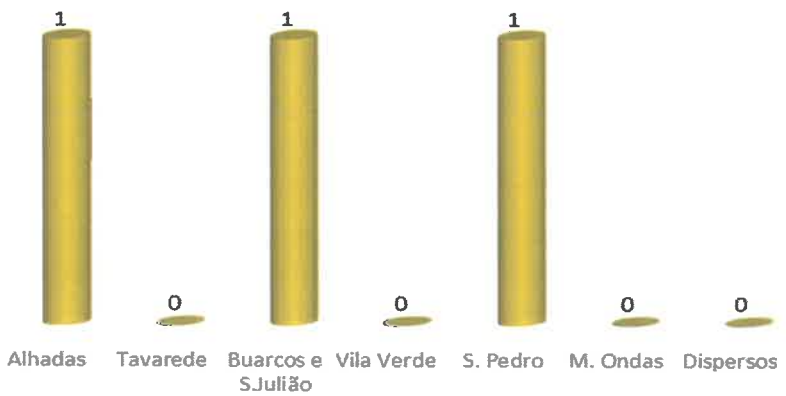
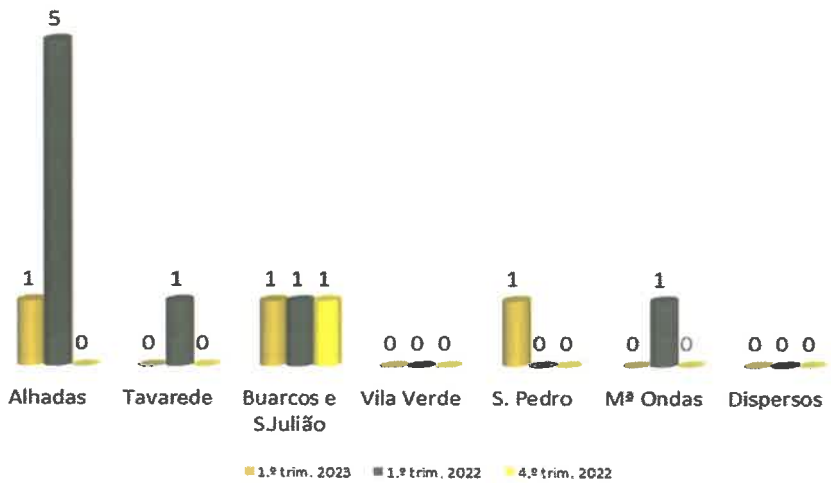


Gráfico 25 – Comparativo do número de acordos de pagamento efetuados por freguesia



Da análise do gráfico acima, constatou-se que, relativamente ao período homólogo de 2022, verificou-se uma diminuição de 62,50% no número de acordos realizados. Comparativamente ao trimestre transato, verificou-se um aumento de 200,00%.

3.2. Outras Atividades

3.2.1. Lista de Pontuação Hierarquizada

No decorrer do 1.º trimestre de 2023, não foi publicada a lista de classificação hierarquizada de requerentes de habitação em regime de arrendamento apoiado nem a listagem de habitações disponíveis.

Com o objetivo de manter a confidencialidade e a proteção de dados dos requerentes, foi criado um código para cada requerente, o qual permite a consulta das respetivas pontuações e a sua posição na lista de classificação.

3.2.2. Projeto "vive o teu bairro"

Objetivo específico 1 - Reduzir o n.º de incumpridores de acordos e rendas em atraso

Relativamente ao objetivo proposto de redução no n.º de incumpridores no pagamento das rendas, e em articulação com o SAF, verificou-se um aumento de 9,60 % no 1.º trimestre de 2023, comparativamente ao 4.º trimestre de 2022, não cumprindo assim, o objetivo proposto no PAO de 3%.

No que concerne aos acordos de pagamento, vigoraram 69 acordos no 1.º trimestre de 2023, tendo-se verificado uma diminuição de 5,48%, relativamente ao trimestre transato. Constatou-se que 15,94% destes acordos estavam a ser cumpridos, atingindo assim, o objetivo previsto no PAO de 3%. Neste trimestre, foi terminado 1 acordo de pagamento (1,45%), tendo se verificado uma diminuição de 66,67% relativamente ao trimestre transato.

Objetivo específico 2 - Aumentar o n.º de acordos de pagamento de dívida

No período em análise, foram celebrados 3 acordos de pagamento de dívida, verificando-se um aumento de 200,00% no número de acordos realizados relativamente ao 4.º trimestre de 2022, cumprindo assim, a meta prevista no PAO (3%).

Objetivo específico 3 - Garantir o bom uso do fogo e a conservação do mesmo de acordo com as normas regulamentares

No que concerne à sensibilização e acompanhamento dos beneficiários de habitação social para a não violação das normas regulamentares previstas no capítulo IX do Regulamento, constatou-se que, relativamente ao estado de conservação e limpeza do fogo (al. b), n.º 1, art.º 31º RAGHS), no decorrer do 1.º trimestre de 2023, foi sinalizado para o SASIL, através dos relatórios do SFGEC, um caso para intervenção em visitas domiciliárias e integração do referido serviço em visita interdepartamental, verificando-se um aumento relativamente ao trimestre transato, no qual não foi sinalizado qualquer caso.

Quanto à obrigatoriedade de residir no fogo permanentemente (al. p), n.º 1, art.º 31º RAGHS), não foi sinalizada, no período em análise, através de relatórios do SFGEC, qualquer situação de suspeita de abandono de fogo, à semelhança do verificado no trimestre transato.

Objetivo específico 8 - Melhorar as relações de boa vizinhança entre residentes e a empresa

No decorrer do período em análise, foram realizadas visitas domiciliárias com o intuito de sensibilizar os beneficiários de habitação social para as regras de boa vizinhança, sendo esta uma atuação frequentemente praticada pelas Técnicas do Serviço Social desta empresa.

Objetivo Específico 9 - Cumprir as normas regulamentares do uso dos espaços comuns e aumentar o sentimento de pertença

À semelhança do que se tem verificado nos trimestres anteriores, continua a verificar-se, nos blocos habitacionais, uma notória falta de cuidado na manutenção da limpeza dos espaços comuns, situação esta, corroborada pelo SFGEC.

Particularmente nos bairros Mártir Santo e Fonte Nova, esta falta de cuidado está associada ao elevado número de animais a vaguear nas suas imediações, bem como, daqueles existentes nos fogos, denotando-se a ausência de cuidados de higiene, apesar das inúmeras ações de sensibilização dos Técnicos desta empresa para combater esta realidade.

Para além das situações anteriormente referidas, também no bairro da Fonte Nova, se mantém o desrespeito pelas normas relativas aos espaços comuns, nomeadamente, a deterioração das zonas ajardinadas, com a passagem de automóveis e estacionamento nos passeios.

No sentido de tentar colmatar as situações expostas, foram realizadas pelo SFGEC em colaboração com o SASIL, duas ações no bairro da Fonte Nova: uma direcionada ao registo e controlo animal e, outra destinada à limpeza dos espaços comuns dos prédios e zonas exteriores.

Também no bairro do Hospital, com maior incidência num prédio, continua a constatar-se uma enorme negligência na manutenção dos espaços comuns.

No bairro da Quinta das Recolhidas, constata-se, em alguns prédios, um acréscimo de monos e a ocupação indevida dos espaços comuns, nomeadamente, com a acumulação de pertences pessoais (sofás, botijas de gás, entre outros).

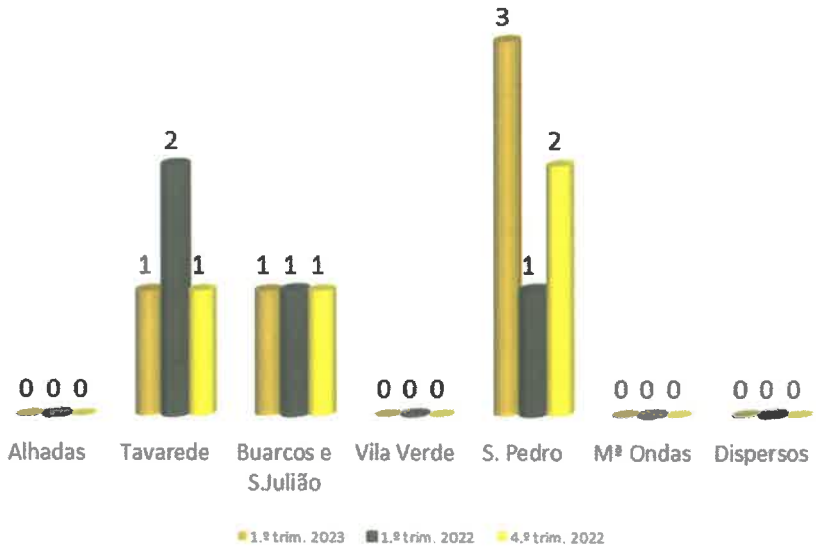
3.2.1. Comissões Sociais de Freguesia

O SASIL participou nas reuniões das Comissões Sociais de Freguesia, em representação do Conselho de Administração da FIGUEIRA DOMUS, E.M., prosseguindo o trabalho de colaboração com as Juntas de Freguesia, relativamente à resolução de situações ao nível habitacional e outras que se enquadrem no âmbito das suas competências.

A empresa foi representada, através das Técnicas do SASIL, em 5 reuniões, de acordo com o gráfico abaixo.

Gráfico 26 – Reuniões de Comissões Sociais de Freguesia

Gráfico 27 – Comparativo das Reuniões das Comissões Sociais de Freguesia



Comparativamente aos restantes períodos em análise, no quais foram realizadas 4 reuniões das Comissões Sociais de Freguesia, verificou-se no 1.º trimestre de 2023, um aumento de 25%..

3.2.2. Conselho Local de Ação Social (CLAS)

No trimestre em análise, o SASIL esteve presente, em representação do Conselho de Administração da FIGUEIRA DOMUS, E.M., numa reunião de CLAS (Comissão Local de Ação Social).

3.2.3. Novas Parcerias e Protocolos

No 1º trimestre (17/02/2023), foi assinado entre a FIGUEIRA DOMUS, E.M e o Município da Figueira da Foz, o 3.º Aditamento ao protocolo celebrado em 03/03/2014, no qual o Município transferiu para a empresa municipal, a gestão e administração dos fogos de habitação. No referido Aditamento, o Município transfere para a FIGUEIRA DOMUS, E.M, a gestão e administração de 5 fogos, 4 deles localizados no Bairro da Fonte Nova e 1 no Bairro da Bela Vista.

3.2.4. Apoio aos serviços da Empresa

Colabora com os restantes serviços da empresa, especificamente:

Com o SAF:

- acompanhamento nos atendimentos para atualização socioeconómica;
- contatos telefónicos e atendimentos para sensibilização de pagamento de dívida.

Com o SITEP:

- colaboração nas vistorias aos fogos;
- acompanhamento na vistoria e/ou execução de algumas obras, em fogos onde residem famílias problemáticas;

Com o SFGEC:

- em visitas domiciliárias, nomeadamente, na verificação da higienização dos fogos e das zonas comuns.
- na deteção de elementos não autorizados a habitar nos fogos;

Com o Serviço Jurídico:

- atendimentos a beneficiários devedores e/ou em incumprimento;
- elaboração de informações sociais de beneficiários;
- solicitação de pareceres jurídicos.

4.

S.F.G.E.C.

4. S.F.G.E.C
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE ESPAÇOS COMUNS

4.1. Desenvolvimento da atividade de fiscalização dos espaços comuns

Semanalmente e sempre que se justifica são efetuadas fiscalizações dos espaços comuns, de forma a verificar/detetar anomalias, situações de danos provocados por arrendatários e verificação da degradação advinda do desgaste diário.

Foram efetuadas 56 fiscalizações por este serviço. Nessas fiscalizações os arrendatários foram alertados e elucidados para as obrigações e deveres plasmados no regulamento desta empresa municipal. Atendendo a cada caso específico, quando necessário são aplicados prazos para a retirada do lixo e monos e/ou reposição da situação original.

Foram enviados para conhecimento da administração 35 e-mails de reporte de situações anómalas detetadas por este serviço.

Recebemos, analisámos e reencaminhámos diversas reclamações efetuadas à empresa acerca de espaços comuns.

Quadro 4 – Número de fiscalizações efetuadas pelo SFGEC

Comparativo de n.º de fiscalizações	1º Trim 2023	4º Trim 2022	1º Trim 2022
Total	56	38	97

Continua a verificar-se um acréscimo do desrespeito por parte dos arrendatários pelo uso correto destes espaços, tendo este serviço encontrado situações de portas partidas, espaços comuns delimitados por arrendatários, furtos de energia constantes principalmente nos Bairros de Brenha e Hospital e vandalização da aparelhagem elétrica de fornecimento de luz aos espaços comuns.

Nos bairros onde somos proprietários a 100%, conseguimos internamente efetuar a gestão dos espaços comuns, não sendo necessário a constituição de um gestor de condomínio, evitando assim o pagamento a entidades externas para efetuarem este serviço.

O Serviço de Fiscalização e Gestão de Espaços Comuns (SFGEC) elaborou 1 relatório novo neste trimestre, e foram efetuados diversos aditamentos em relatórios já existentes.

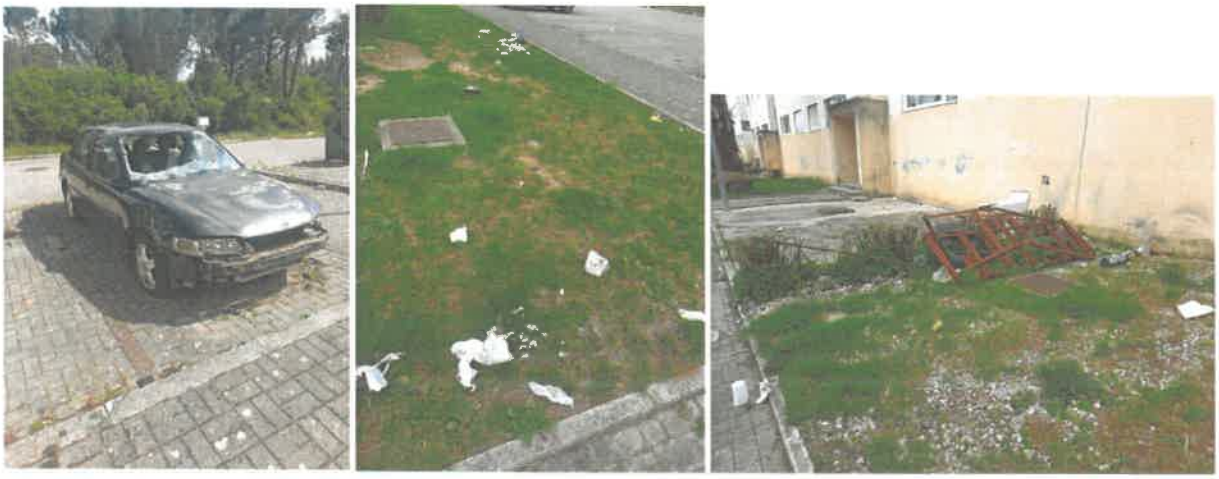
Quadro 5 – Número de Informações do Serviço

Comparativo de n.º de informações	1º Trim 2023	4º Trim 2022	1º Trim 2022
Total	1	0	39

As informações apresentadas versam sobre os diversos assuntos relativos às zonas comuns, havendo maior incidência sobre:

- Cheiros oriundos de habitações;
- Avarias na luz de escada, relógio de escada, campainhas, intercomunicadores, telhados e infiltrações;
- Furtos de energia;
- Conflitos entre vizinhança e infração da lei do ruído;
- Ocupação e utilização indevida de espaços comuns;
- Obras ilegais;
- Danos no património público e nos espaços comuns dos bairros sociais;
- Coordenação de limpezas pontuais e retirada de monos e lixo dos espaços comuns.
- Avaliação do trabalho efetuado pelo prestador de serviços de limpeza.

Uso indevido dos espaços comuns



Desrespeito pela limpeza dos espaços comuns

Danos no património

Danos nos espaços comuns

4.2. Colaboração com o Veterinário Municipal

No seguimento do levantamento das situações anómalas existentes nos bairros, deu-se continuidade às visitas de averiguação e controlo de animais de estimação.

Neste trimestre foram efetuadas 17 visitas a agregados que não cumprem com a legislação na companhia do Veterinário Municipal.

Foi ainda efetuada uma campanha de vacinação e colocação de micro-chip nos animais identificados no Bairro de Brenha, com a companhia do Sr. Veterinário Municipal e a sua equipa do Canil Municipal no terreno, tendo sido efetuada previamente uma campanha de sensibilização aos seus donos e detentores. Foram advertidos da legislação e da obrigatoriedade deste registo.

Durante este trimestre foram reportadas diversas situações anómalas ocorridas nos espaços comuns dos prédios relacionadas com animais e efetuadas algumas ações de sensibilização junto dos beneficiários acerca da legislação, da necessidade de higienização, e de apelo à vacinação e legalização dos seus animais nas juntas de freguesia.

Foram ainda retirados alguns gatos de uma habitação que tinha animais a mais, estes seguiram para o Canil para posterior adoção responsável.

Uma vez que, normalmente, os beneficiários não acatam ao que tem sido solicitado pelo Veterinário Municipal, este serviço continua a incentivar para procederem à colocação de micro-chip para, em cumprimento da lei, haver maior facilidade de identificação do animal.

Controlo dos animais

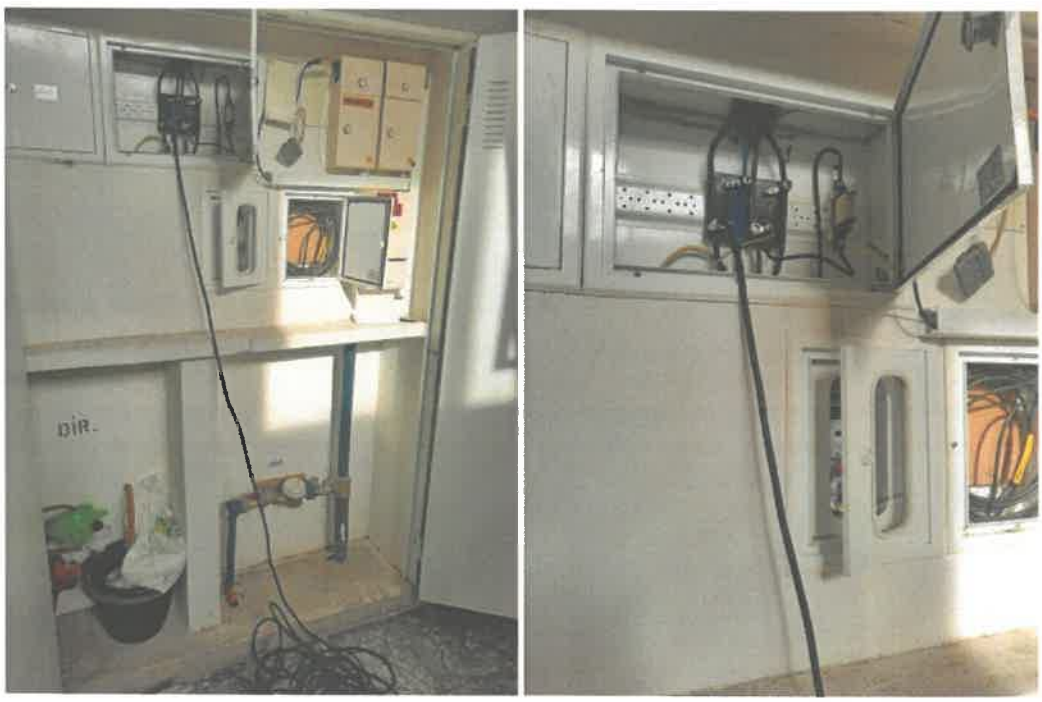
4.3. Controlo de Energia

Foi efetuada a fiscalização mensal das leituras de contadores da EDP de forma a controlar e detetar furtos de energia nas zonas comuns.

Esta fiscalização incidiu na sua generalidade em todos os contadores de luz dos espaços comuns dos prédios numa base mensal nos Bairros de Brenha, Vila Robim, Vila Verde, Quinta do Paço, Bairro do Hospital, Gala Sidney e Mártir Santo e onde existem grandes discrepâncias entre o valor esperado e o valor real de consumo.

Neste trimestre foram sinalizadas algumas situações verificadas nos espaços comuns no Bairro de Brenha.

Foi efetuado um controlo mensal das faturas de água e luz dos fogos e lojas em que a FIGUEIRA DOMUS, EM assegura o pagamento destes serviços.



Furtos de energia

4.4. Controlo de Limpezas

O serviço de limpeza dos espaços comuns dos bairros sociais foi adjudicado a uma empresa externa. Como forma de controlo, este serviço efetua um relatório mensal acerca da qualidade do trabalho dessa empresa.

Para se efetuar este relatório via e-mail de qualidade do serviço é necessário que seja efetuada verificação do trabalho contratado. Incidimos a nossa verificação para a limpeza de vidros de portas, limpeza de chão e corrimões de escada,

retirada de teias de aranha e tapetes da entrada dos prédios sacudidos. É assinada uma folha de controlo da qualidade do trabalho efetuado.

A verificação da qualidade da limpeza efetuada convém ser feita no próprio dia ou no dia seguinte em que o prestador de serviço se desloca ao bairro para a efetuar, face ao comportamento dos moradores que não mantêm a limpeza, pois deixam deambular os animais de estimação pelos espaços comuns fazendo estes as necessidades nas escadas, atiram lixo e beatas de cigarro para o chão.

Estabelecemos um elo de ligação entre a empresa contratada e as reclamações a que está sujeita pelos beneficiários de habitação social e vice-versa. Tentámos, através do contato direto com os arrendatários, potenciar o civismo e a manutenção da limpeza efetuada.

Este trimestre verificou-se, tanto pelo nosso serviço como pelas queixas constantes do prestador de serviços, que os arrendatários desrespeitam cada vez mais o trabalho que este presta. Apesar das inúmeras fiscalizações, ofícios enviados e atendimentos efetuados na empresa para minimizar estas situações, verifica-se que tem aumentado a acumulação nos espaços comuns de lixo doméstico, muitas vezes espalhado pelo chão, e a colocação de monos que, mesmo após várias solicitações de retirada efetuada pela FIGUEIRA DOMUS, EM aos seus proprietários, se encontram meses no mesmo local sem serem retirados

Controlo de limpezas

4.5. Tomadas de Posse Administrativa

Neste trimestre efetuou-se a tomada de posse administrativa de um fogo, sito na Rua D. Afonso IV, nº2 – 2ºPost. – Martir Santo.

Continua-se a aguardar a finalização dos procedimentos para efetivar as tomadas de posse administrativa de seis fogos abandonados pelos arrendatários.

Neste momento o tempo legal para o processo administrativo a fim de efetivar essas tomadas de posse já terminou, no entanto continuamos a aguardar parecer jurídico para avançar com a efetivação das mesmas.

Tomadas de posse administrativa

4.6. Representação em Assembleias de Condomínios

Durante este trimestre este serviço representou a empresa em 6 reuniões de administrações de condomínio em que a FIGUEIRA DOMUS, EM é condómina.

Potencia-se assim uma maior proximidade entre os proprietários e a empresa, não só através da presença nestas reuniões como na informação prestada sobre os casos aí denunciados para posterior análise e acompanhamento.

4.7. Fiscalização Interdepartamental

Neste 1º trimestre de 2023 o trabalho de fiscalização interdepartamental foi agendado, em conjunto com o SASIL, com a periodicidade que se entendeu pertinente e dependendo sempre da gravidade das situações que estamos a acompanhar. Estas fiscalizações interdepartamentais são efetuadas de forma a confirmar situações identificadas e/ou denunciadas por entidades externas, outros arrendatários e suspeitas dos serviços.

Estas fiscalizações versam essencialmente sobre o não cumprimento do regulamento, nomeadamente mau uso da habitação, obras ilegais, verificação de suspeitas de habitações abandonadas pelos arrendatários e pessoas não autorizadas no agregado familiar.

Neste trimestre estas visitas versaram ainda a sensibilização dos arrendatários para efetuarem limpezas profundas na zona de esquentadores das suas habitações no Bairro de Gala Sidney. Posteriormente, foi efetuada a verificação das mesmas para a colocação dos novos esquentadores neste Bairro.

Segue mapa comparativo das visitas interdepartamentais realizadas no 1º trimestre de 2023:

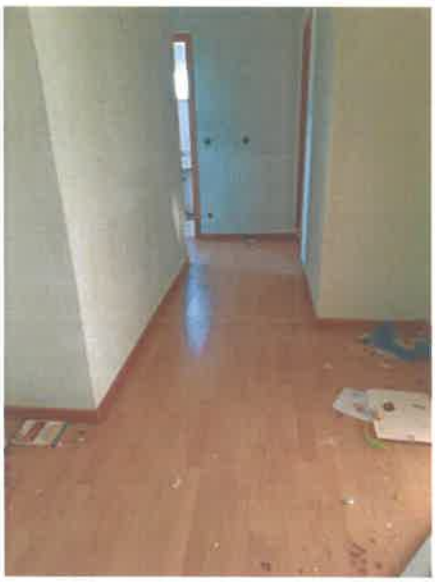
Quadro 6 – Número de visitas interdepartamentais realizadas

Comparativo de n.º de visitas interdepartamentais	1º Trim 2023	4º Trim 2022	1º Trim 2022
Concretizadas	43	27	28
Não concretizadas (por ausência dos arrendatários)	20	9	29
TOTAL	**63**	**36**	**57**

Nas visitas não concretizadas foram deixados avisos para vistoria de fogo, com o objetivo de os arrendatários contactarem a empresa com urgência.

Destas visitas resultaram 1 relatório novo e cerca de 30 aditamentos a relatórios já contabilizados e que se encontram em acompanhamento pelos serviços.

Existem ainda várias situações a decorrer de fiscalizações habitacionais pontuais, uma vez que os arrendatários não têm atendido ao solicitado pelos técnicos.



Degradação da habitação

4.8. Limpeza e retirada de monos de fogos devolutos

Durante este trimestre foram adjudicadas e efetuadas limpezas e retirada de monos dos seguintes fogos:

- Rua D. Afonso IV, 2B - 2º Post. – Martir Santo
- Rua da Fonte Nova, 8 - 1º Dto. – Brenha
- Rua da Fonte Nova, 8 - 2º Esq. – Brenha
- Rua da Fonte Nova, 10 - 2º Esq. – Brenha
- Rua da Fonte Nova, 12 - 1º Dto. – Brenha

- Rua da Fonte Nova, 14 - 1º Dto. – Brenha
- Rua da Fonte Nova, 16 - 2º Dto. – Brenha
- Rua Campo de Jogos, 4 - RC Dto. – Brenha
- Rua Campo de Jogos, 6 - 2º Esq. – Brenha
- Rua Campo de Jogos, 10 - 2º Dto. – Brenha
- Rua Campo de Jogos, 12 - 2º Esq. – Brenha

4.9. Retirada de monos dos espaços comuns

Durante este trimestre foi adjudicada e efetuada a retirada de monos dos espaços comuns no bairro da Fonte Nova (Brenha).

Esta ação contou com a presença de diversas entidades: a Figueira Domus representada pelos Administradores, SFGEC, SASIL e SAF; a Suma para recolha e carregamento dos monos existentes nos espaços comuns; a GNR de Quiaios para eventual proteção; a Junta de Freguesia das Alhadas com a equipa de limpeza de jardins e recolha de lixo comum espalhado pelo chão.

Ainda nesta ação foi efetuada mais uma campanha de sensibilização para manter o bairro limpo, asseado e sem ocupação de espaços comuns com pertences pessoais.

Retirada de monos dos espaços comuns

4.10. Sistema de Informação Geográfica

Tendo ocorrido a passagem do sistema interno dos dados para a CentralGest, continuámos o contacto com esta empresa para dar seguimento ao trabalho já efetuado com a AIRC.

Pretende-se durante 2023 convocar uma reunião com o programador da CentralGest para que seja possível operacionalizarmos este projeto.

Estando neste momento criadas as Views necessárias e tendo sido efetuada a implementação do sistema nos servidores da FIGUEIRA DOMUS, EM encontra-se a ser efetuada a reavaliação dos dados georreferenciados de forma a garantir a integridade dos mesmos na correlação dos dados provenientes da CentralGest.

O Sistema de Informação Geográfica assumirá especial relevância e importância na apreciação de processos e consulta dos diversos instrumentos de gestão habitacional.

4.11. Apoio aos Serviços da Empresa

Foi prestado apoio técnico aos serviços da empresa, tanto em tarefas internas como em serviço externo.

Colabora em diversas atividades:

• No Serviço Administrativo e Financeiro (SAF):

- o entrega, diretamente nos bairros, de todos os ofícios do trimestre a descrever os recibos de rendas pagas por transferência bancária;
- o acompanhamento presencial e fiscalizações interdepartamentais a fim de alertar para a necessidade dos arrendatários visados efetuarem o pagamento de rendas em atraso.

• No Serviço de Intervenção Técnica Estudos e Projetos (SITEP), neste trimestre não foi realizado qualquer trabalho externo em conjunto com este serviço.

• No Serviço de Ação Social e Intervenção Local (SASIL) foi dado apoio através de acompanhamento presencial e fiscalizações interdepartamentais a fim de:

- o confirmar denúncias de pessoas a viver ilegalmente nos fogos;
- o solicitar a entrega de documentação atualizada e rendimentos dos agregados;
- o confirmar a ocupação no tempo regulamentar devido dos fogos atribuídos a agregados;
- o confirmar o abandono de fogo pelo agregado ou pelo titular de arrendamento;
- o assinaturas de contratos de arrendamento dos arrendatários.

• No Jurídico foi dado apoio através de acompanhamento presencial e fiscalizações interdepartamentais a nível de:

- o continuação dos procedimentos para tomada de posse administrativa de 7 fogos alegadamente abandonados pelos arrendatários;
- o verificação de situações de danos em propriedade da empresa;
- o marcação e realização de visitas agendadas com notificação jurídica.

FIGUEIRACOMUS

5.

S.J.

5. - S.J.
SERVIÇOS JURÍDICOS

- Dando resposta às solicitações da empresa, o serviço jurídico desenvolveu as seguintes atividades:
- Prestação de apoio e aconselhamento jurídico ao Conselho de Administração, bem como a todos os serviços da empresa;
- Deslocações a serviços de finanças e conservatórias para resolução de assuntos da Empresa;
- Reuniões com arrendatários e munícipes na sede da empresa;
- Realização de procedimentos administrativos para recuperação da posse de frações sob gestão desta Empresa;
- Realização de atos notariais de advogado;
- Análise e apoio técnico-jurídico dos procedimentos legais relativos à Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 32/2016 de 24 de agosto;
- Elaboração de informações jurídicas/pareceres solicitados pela Administração;
- Redação de documentos e minutas diversas;
- Notificações a beneficiários de habitação social para regularização de rendas em atraso e solicitação de documentos;
- Realização de atos jurídicos em Ações Executivas para recuperação de valores em divida, decorrentes de incumprimento por parte dos arrendatários dos montantes devidos a título de renda;
- Em parceria com o SAF (Serviço Administrativo e Financeiro) realização de démarches extrajudiciais para recuperação de valores em dívida decorrentes de incumprimento por parte dos arrendatários dos montantes devidos a título de rendas;
- Coadjuvação de atos inerentes procedimentos concursais e candidaturas no âmbito de programas de apoio e acesso à habitação e à reabilitação de edificados sob gestão da empresa municipal FIGUEIRA DOMUS, E.M., ;
- Coadjuvação em procedimentos referentes a instrução de candidaturas a programas de reabilitação de fogos sob gestão da FIGUEIRA DOMUS, EM.
    - Coadjuvação na realização de procedimento concursal Seguros Multirriscos para Fogos sob Gestão da Figueira Domus, E.M.G.H.F.F, EM

6.

S.I.T.E.P.

6. – S.I.T.E.P.
SERVIÇO DE INTERVENÇÃO TÉCNICA E PROJETOS

6.1. Enquadramento das Ações

Perante a derrapagem de prazo de execução total previsto para final do ano de 2022, por vicissitudes várias destacando-se claramente a pandemia de Covid-19 e a crise de materiais, este primeiro trimestre de 2023 marcou o início da conclusão das empreitadas de reabilitação dos bairros habitacionais integrados na candidatura destinado à execução das empreitadas relacionadas com o processo de candidatura ao Aviso nº Centro 04-2017-06 de financiamento ao Plano Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR) no Programa Operacional Regional do Centro.

Simultaneamente e perante as prementes necessidades de intervenção do interior dos fogos com vista à melhoria das condições de habitabilidade dos mesmos está a ser tratado, ao nível de financiamento, ao abrigo do programa 1º Direito-Programa de Apoio Público ao Acesso Habitação no âmbito da Estratégia Local de Habitação da Figueira da Foz em que a empresa está ativamente a participar ao nível de politica de habitação com o apoio destes serviços no que se refere à existência e comunicação de fogos a intervencionar tendo por base os pressupostos da politica a implementar. Durante o trimestre em apreço foram iniciados os levantamentos para realização dos respetivos projetos de alteração naquilo que se refere aos dos nossos beneficiários em particular.

A par deste projeto, mas noutro objetivo de apoio habitacional, destaca-se o acompanhamento no desenvolvimento do projeto da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT), inclusive com o acompanhamento da execução dos projetos de execução necessários para a elaboração da candidatura e posterior lançamento de concurso de empreitada.

Manteve-se ainda o trabalho de colaboração com o Município da Figueira da Foz no sentido de possibilitar a integração de famílias refugiadas ucranianas, onde neste trimestre se salienta a realização de uma intervenção de reabilitação num fogo destinado a albergar uma família no bairro da Quinta do Paço, freguesia de Tavarede.

Fase final da Empreitada Eficiência energética Bairro do Hospital e do bairro das Quinta Recolhidas- Vila Verde

O cuidado com a manutenção preventiva ou corretiva ao nível dos fogos em utilização pelos Beneficiários teve um incremento substancial, sobretudo ao nível de reparações mais profundas no que concerne sobretudo aos revestimentos e de substituição de equipamentos sanitários. Perante o número de solicitações, manteve-se ainda o foco naquelas de situações de maior urgência ou para repor situações em que a segurança poderia estar em risco.

Adicionalmente, iniciaram-se obras de reabilitação de diversos fogos com vista à atribuição e assim a procura de diminuição do total de fogos devolutos por intervenção em fogos que, técnica e financeiramente, o justifiquem.

Assim, este serviço teve de manter os seus elementos técnicos em plena operacionalidade perante as várias frentes em que encontravam envolvidos quer ao nível dos vários estudos quer de intervenção em fogos, quer de elaboração de relatórios técnicos para a participação de sinistros junto da entidade seguradora.

Ao nível de recursos humanos deste serviço, mantiveram-se os inúmeros condicionalismos de ação porquanto a par de não existir resposta ao processo de recrutamento de um novo colaborador técnico para auxiliar na gestão das necessidades gerais, agravando assim de sobremaneira a eficiência do serviço, já de si histórica e reconhecidamente depauperado, colocando em causa a resolução de parte significativa das necessidades físicas habitacionais legitimas dos beneficiários.

Mantiveram-se as situações inusitadas no bairro de Brenha de furtos e vandalismo em fogos devolutos sobretudo situados no piso de rés-do-chão que inviabilizaram ocupações pela falta de condições de habitabilidade.

Telegraficamente, resumimos seguidamente os trabalhos nucleares em que este serviço esteve envolvido:

- Continuação das empreitadas de requalificação do património construído e abrangido pelo Aviso nº Centro 04-2017-06 de financiamento ao Plano Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR) no Programa Operacional Regional do Centro;

Empreitada Eficiência energética no bairro de Gala-Sidney e Leirosa 2ª fase – Execução

- Participação na preparação de elementos de projeto sobre os fogos para candidatura ao programa 1º Direito-Programa de Apoio Público ao Acesso Habitação no âmbito da Estratégia Local de Habitação da Figueira da Foz;
- Procedimentos por concurso para diversas empreitadas e fornecimentos destacando-se o procedimento para aquisição de serviços de projeto de execução no âmbito da candidatura a BNAUT;

- Procedimentos para realização de pequenas empreitadas de intervenção em fogos devolutos com vista a futuras atribuições, transferências ou permutas.

6.2. Estudos e Projetos

Neste primeiro trimestre de 2023 e em face dos constrangimentos resultantes da exiguidade dos meios humanos para desenvolvimento assertivo de novos projetos em paralelo com as funções e trabalhos exercidos pelos técnicos no âmbito do acompanhamento da empreitada em curso de requalificação do casco do edificado, a maioria dos estudos e projetos realizados visaram efetivamente esse acompanhamento pela quantidade de situações técnicas que tiveram de ser analisadas.

Neste capítulo destaca-se desde logo:

- Procedimento de concurso por Consulta Prévia de seguros multirriscos para os fogo e prédios sob gestão desta empresa municipal para o ano e 2023;
- Procedimento por consulta preliminar para fornecimento de pequenas empreitadas e/ou trabalhos e fornecimentos gerais ao longo do ano:
    - Fornecimento e aplicação de esquentadores e exaustores em fogos geridos pela Figueira Domus, EM;
    - Fornecimento e aplicação de mobiliário fixo de cozinha;
    - Fornecimento e aplicação de telas asfálticas em caleiras nos blocos habitacionais do bairro da Gala-Sidney-1ª fase;

Por forma a fazer frente a necessidades mais particulares no âmbito da manutenção e intervenção corretiva que os Beneficiários apresentam mantêm-se os procedimentos dos respetivos estudos, avaliações, encaminhamentos e consultas necessárias à sua resolução.

Para a sua concretização foram realizados diversos procedimentos destacando-se os mais importantes: Procedimentos de consultas preliminares para posterior adjudicação por ajuste direto para intervenções diversas em património devoluto nomeadamente ao nível de:

- Caixilharias e estores;
- Pinturas;
- Carpintarias diversas
- Redes técnicas de águas, esgotos e eletricidade ou sinal de TV;
- Substituição de redes técnicas e loiças sanitárias;

Intervenção em redes técnicas de águas, de drenagem ou equipamentos no interior dos fogos

Salientam-se ainda as várias situações de inspeções a procedimentos ou processos de trabalho nas empreitadas em curso e que conduziram a danos, nomeadamente provocadas por infiltrações, em habitações de proprietários coexistentes com Beneficiários. As mesmas, para além de procurarem primordialmente a resolução de potenciais conflitos, visam a memória futura em caso de litígio entre as partes.

Ação inspetiva para causas de infiltrações em fogos de proprietários decorrentes das empreitadas - Leirosa

A colaboração entre serviços é de extrema importância numa empresa com este objeto em que grande parte dos acontecimentos se reveste de transversalidade entre os vários sectores da empresa.

No presente trimestre não houve qualquer situação de visita interdepartamental a que este serviço tenha sido chamado a realizar, uma vez que neste momento se encontra afeto com especial enfoque ao acompanhamento das empreitadas resultantes do POSEUR. No entanto, existiu o acompanhamento do serviço SASIL em situações de receção de chaves e avaliação do estado dos fogos e ainda em pequenas intervenções para as quais fomos alertados.

Destaca-se em termos colaborativos a situação da transferência de um agregado do bairro de Brenha para o bairro de Hospital obrigando a uma intervenção técnica profunda no fogo de destino de modo a garantir as condições necessárias ao seu caso especial de doença de um dos seus elementos.

A colaboração com o serviço SFGEC foram sobretudo realizadas ações inspetivas, relatórios e reparações ao nível de espaços de usos comum ou de intervenção em problemáticas envolvendo sobretudo sinistros, desobstruções ou em situações de execução de obras ilegais destacam-se:

Preponderante é ainda as diversas deslocações a vários fogos para verificação de queixas ou alertas sobre o comportamento de alguns agregados, mormente no bairro da Fonte Nova em Brenha, ou ausência de atividade que pudesse indiciar o falecimento dentro do fogo de pessoas debilitadas, acamadas e sozinhas.

Com os serviços SAF, para além da colaboração relativa a documentação diversa, volta a salientar-se aquela que diz respeito a situações de incumprimentos de pagamento de rendas por parte dos beneficiários para transmissão de que sem essa obrigação fundamental cumprida dificilmente poderemos realizar obras, procurando assim colaborar na redução dos incumprimentos de pagamento. Reforça-se ainda a colaboração existente na disponibilização documental de elementos importantes para o procedimento de seguros multirriscos ou ainda de articulação relativa à resolução junto das companhias de seguros dos sinistros ocorridos.

Também as questões de Segurança e Higiene no trabalho foram tratadas com este serviço, nomeadamente agendamentos de consulta de medicina no trabalho e análise relatório anual resultante da visita às instalações e despacho ou encaminhamento dos assuntos nele aflorados como tendo a necessidade de intervenção por parte deste serviço técnico.

Realce ainda para o controlo das contagens da fotocopiadora, sua manutenção e demais serviços adstritos.

Com os serviços jurídicos da empresa foi mantida estreita colaboração na realização do procedimento de seguros multirriscos para o ano de 2023/2024, assim como a elaboração de relatórios para a participação de sinistros.

2.6.2. Intervenção Técnica

Neste primeiro trimestre de 2023 manteve-se a dinâmica relativamente à intervenção ao nível da fiscalização das empreitadas, até pela sua dispersão no espaço e a observação de derrapagens temporais e de qualidade que necessitavam de presença mais assertiva nas várias frentes de trabalho, mas também na manutenção e conservação do restante património.

Para além das intervenções técnicas realizadas por necessidades emergentes dos Beneficiários, por indicação ou verificação dos serviços, ocorreram pequenas empreitadas quer em fogos habitados de modo a melhorar as condições de habitabilidade e de conforto dos fogos quer na preparação de fogos devolutos para proceder a novas atribuições e consequente diminuição de fogos devolutos destacando-se intervenções para a substituição de banheiras por bases de duche devido a problemas de locomoção ou de outras doenças cerceadoras de mobilidade.

Saliente-se ainda as inúmeras intervenções ao nível de obstruções de redes de drenagem de águas residuais domésticas em que algumas delas se deveram clara e inequivocamente a deficiente uso das redes e, num caso em particular, de forma reiterada com recolha de embalagem de dentro das tubagens. Esta é uma situação que urge tratar com as necessárias intervenções ao nível da formação e informação aos beneficiários que usam e abusam da colocação de objetos e demais materiais interditos neste tipo de redes e que tantos problemas provocam a terceiros, BHS ou proprietários.

Redes de abastecimento de água e melhoria de algumas situações fora das empreitadas obrigaram a intervenções ao nível de caixilharias, destacam-se também nas intervenções realizadas.

Quadro 7 – Intervenções no 1º trimestre 2023, comparativo período homologo e imediatamente anterior

Bairro	Montante 1º T 2023	Peso cada bairro (%)	Montante 1º T 2022	Peso cada bairro (%)	Montante 4º T 2022	Peso cada bairro (%)
901- Alto da Fonte	123,00 €	0%			1 510,86 €	10%
902- Bela Vista						
903- Bairro Cruzeiro						
904- Bairro Hospital	75,37 €	0%				
905- Bairro Pescadores					51,98 €	0%
906- Fonte Nova-Brenha	5 422,30 €	16%	903,54 €	3%	3 320,93 €	21%
907- Gala-Sidney	22 982,21 €	69%	23 488,31 €	90%	315,17 €	2%
908- Leirosa	650,79 €	2%	873,04 €	3%	6 036,05 €	38%
909- Mártir Santo	832,99 €	3%	162,36 €	1%	122,55 €	1%
910- Vila Verde	386,80 €	1%			1 263,83 €	8%
911- Quinta Paço	2 146,82 €	6%	27,97 €	0%		
912- Vila Robim					898,88 €	6%
999-Outros/Dispersos						
Sede/outros	619,50 €	2%	716,30 €	3%	2 249,09 €	14%
Total	**33 142,48 €**		**26 171,52 €**		**15 769,09 €**	
Variação relativa aos períodos anteriores			**26,6%**		**110,2%**	

Comparando com o valor previsto em Plano de Atividades e Orçamento para 2023 a execução deste quarto trimestre traduz-se em mais do dobro do orçamentado, uma vez que estavam previstos 15.750,00 € de despesa trimestral. Testemunho disso, resulta o número de intervenções técnicas realizadas neste trimestre que totalizam 210 intervenções.

Todas as tarefas realizadas por este serviço, e conforme se poderá observar no quadro 8, resultaram no montante global de investimento de 33.142,48 € refletindo quer a continuidade de execução de pequenas empreitadas realizadas por serviços externos quer em trabalhos realizados de forma mista (empreitadas ou serviços externos e serviços internos) ou intervenções realizadas em espaços ocupados realizadas pelos serviços internos.

Analisando diretamente o quadro 8, onde se encontram patenteados os montantes gastos nas obras de reabilitação e manutenção do património construído no trimestre em apreço, quando comparado com período homólogo de 2022, verifica-se um claro aumento resultante, sobretudo, dos investimentos correspondentes a trabalhos complementares à reparação das coberturas da Gala-Sidney ainda dos danos respeitantes a tempestade Leslie. Quando analisado o trimestre em apreço comparado com o trimestre imediatamente anterior, verifica-se um aumento em mais do dobro.

Analisando o mesmo quadro 8 por bairro, observa-se que o bairro de Gala-Sidney absorve uma grande parte do investimento realizado no trimestre.

Valores claramente inferiores foram investidos nos Bairros da Fonte Nova em Brenha onde já se refletem os primeiros trabalhos de reabilitação de fogos e de intervenções em fogos na Quinta do Paço de modo a garantir a melhoria das condições de utilização, sobretudo ao nível dos revestimentos e das redes técnicas de águas, drenagem e elétrica /TV.

Intervenções diversas por entidades externas como inspeções e reparações a infraestruturas

Os restantes valores, de montante residual, foram repartidos por várias pequenas intervenções realizadas nos mais diversos bairros.

Realça-se ainda que em muitas destas situações o relativo valor financeiro traduz-se em múltiplas melhorias dos espaços habitados muitas das vezes por pessoas com cada vez menor autonomia e, particular e aprofundadamente, com maiores problemas psicológicos decorrentes do isolamento potenciado ainda mais pela pandemia e correspondentes consequências no tempo. Observa-se aliás que este serviço, não sendo a sua especialização, tem um aumento continuo de intervenção ao nível de acompanhamento social e transmissão e encaminhamento de problemas para os colegas do setor especializado SASIL, ou no caso de potenciais atropelos verificados ao regulamento, ao SFGEC.

Operacionalmente, conforme anteriormente referido este serviço contabilizou 201 intervenções ao longo dos três meses aqui em apreço, ligeiramente abaixo do número do trimestre transato.

Já relativamente ao período homólogo, onde foram contabilizadas 196 intervenções, o acréscimo também é residual. Juntando ao quantificado no parágrafo anterior, reflete claramente o já anteriormente referido relativamente às necessidades da empresa que obrigaram os técnicos do SITEP a permanecerem em atividade permanente.

Tipicamente essas intervenções derivam não só de reclamações/pedidos de obras que são remetidas pelos BHS ou de situações observadas pelos colaboradores técnicos como a fiscalização dos trabalhos efetuados pelas empresas a quem foram realizadas as adjudicações da realização dos trabalhos diversos, bem como de prestadoras de serviços nos

trabalhos de artes específicas para a persecução da atribuição de fogos ou de outros de maior dimensão e aos quais os colaboradores internos não conseguem dar resposta pelas mais variadas razões.

No capítulo das reclamações, foram rececionadas 18 reclamações por escrito tendo 15 (83%) das quais sido verificadas e, destas, 13 foram resolvidas (87%), o que representa a manutenção dos níveis elevados de sucesso resolutivo.

Relativamente ao trimestre anterior verifica-se uma diminuição do número de reclamações (cerca de 30%) e, homologamente, verifica-se um aumento de 100%.

Quadro 8 – Número de reclamações ou pedidos de obras escritos

	1ºTrim. 2023	1º Trim. 2022	4º Trim. 2022
Número de reclamações / pedidos de obras	18	9	27

Por tipologia de reclamação continua a verificar-se uma preponderância em situações de infiltrações provenientes de pisos superiores e problemas em redes técnicas ou ao nível do mobiliário fixo ao nível de carpintarias e sobretudo esquentadores para produção de águas quentes. Tendo em consideração a época de inverno atravessada também surgem reclamações relativamente à presença de humidade nos fogos ou, em casos mais graves, de infiltrações.

Também as reclamações de danos em estores continuam a ter uma preponderância muito significativa, quer devido à suscetibilidade às condições atmosféricas, sobretudo de ventos, quer à sua fragilidade em função dos anos decorridos de construção. Em muitos casos as patologias comunicadas são ainda decorrentes da tempestade Leslie e às quais ainda não conseguimos dar resposta pela sua diversidade e ausência de respostas que simplifiquem uma situação já de si muito complexa de estabelecimento de causalidade.

Intervenções pelos meios internos da empresa em várias áreas técnicas

Genericamente, e de forma resumida, poderemos enumerar as atividades de gestão corrente da empresa ao nível das intervenções de manutenção, correção ou fiscalização em ação concertada com os serviços respetivos e de âmbito multidisciplinar da seguinte forma:

- Fiscalização e Coordenação de Segurança nas empreitadas em curso;
- Acompanhamento de agregados nomeadamente na verificação de situações anómalas nas redes técnicas que são observadas após entrada em carga das mesmas ou ainda a realização intervenções para fornecimento e aplicação de esquentadores e verificação de redes de gás;
- Realização de vistorias técnicas a fogos entregues aos beneficiários, decorrentes das atribuições efetuadas para verificação do estado em que são entregues para memória futura, com vista a eventual responsabilização em caso de deficiente uso e indicações aos futuros utilizadores dos procedimentos de manutenção que deverão realizar na vida útil do fogo que lhes é atribuído;

- Receção dos fogos de entrega voluntária por parte dos BHS com levantamento comparativo do estado do fogo aquando da sua atribuição;
- Reuniões com proprietários e empresa de gestão de condomínios de blocos habitacionais onde se registaram danos para estabelecimento de formas de resolução dos danos existentes;
- Acompanhamento das famílias no processo de fornecimento de serviços essenciais, nomeadamente de gás e eletricidade e eventuais ensaios técnicos às redes para aprovação prévia do fornecimento;
- Continuação do acompanhamento de vistorias técnicas às redes de eletricidade, telecomunicações, águas e gás por parte das entidades concessionárias;
- Realização de vistorias técnicas relacionadas com os pedidos de obras ou reclamações e sua devida avaliação em termos de responsabilização, soluções técnicas e custos associados;
- Acompanhamento das entidades policiais nas situações de atos de vandalismo praticados sobre os fogos e espaços comuns sob gestão desta empresa ou em intervenções para salvaguarda de entrada em fogos;
- Elaboração dos relatórios técnicos solicitados em diversas tipologias de ocorrências destacando-se as conjuntas com o SFGEC;
- Fiscalização interdepartamental a fogos ou a espaços exteriores em estreita colaboração com o SFGEC e com o SASIL, de que posteriormente resultam relatórios que dão origem a reuniões de preparação de intervenções mais adequadas em função das características concretas, dos agregados e seu grau de dificuldade ou segurança;
- Vistorias aos fogos com vista à receção de chaves de arrendatários que pretendem entregar os fogos, para avaliação de estados de conservação ou de realização de obras na sequência de reclamações. Devido à situação pandémica essas avaliações foram realizadas à posteriori;
- Realização de diversas pequenas reparações: pinturas, pequenos trabalhos de carpintaria, vedações em zonas suscetíveis de ocorrência de infiltrações, estores e redes técnicas;
- Desenvolvimento de soluções técnicas para intervenção a realizar num futuro próximo, pois têm íntima ligação com patologias decorrentes de deficiências de impermeabilização e estanquicidade das construções;
- Solicitação de cotações, quer para fornecimentos de material quer para fornecimento de serviços, nomeadamente de redes técnicas de abastecimento de água, eletricidade, gás, intercomunicadores, revestimentos, serralharias e carpintarias;
- Acompanhamento da execução de trabalhos realizados por entidades externas, nomeadamente ao nível da reabilitação/substituição de redes técnicas;
- Acompanhamento e gestão técnica de situações de sinistros para contactos com as seguradoras e sinistrados, sejam eles arrendatários ou proprietários;
- Acompanhamento técnico de situações em que se encontrem envolvidos proprietários em prédios integralmente comercializados por esta empresa ou onde coabitem com arrendatários, nos casos onde a empresa municipal tenha responsabilidades;
- Reuniões de coordenação de atividades com outros técnicos dos diversos serviços da empresa;
- Participação nas reuniões interdepartamentais da empresa para debate das diversas situações mais complexas dos beneficiários de habitação Social e de onde saem normalmente grande parte das Visitas Interdepartamentais a agendar;
- Tratamento, sobretudo com o serviço jurídico, de situações procedimentais com diversos organismos envolvidos no decurso processual de alienação de património da empresa;

Controlo de medicina no trabalho para os colaboradores ou instalações da empresa.

7.

SITUAÇÃO ECONÓMICO – FINANCEIRA

7. – SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

De acordo com o artigo 3º do Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro:

"1 - O SNC -AP aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

2 - Para efeitos do presente decreto-lei, entende-se por entidades públicas reclassificadas as entidades que, independentemente da sua forma ou designação, tenham sido incluídas nos subsetores da administração central, regional, local e segurança social das administrações públicas, no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional."

Esta empresa municipal está sujeita à aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) desde 01/01/2020, por estar incluída na listagem "Entidades do Setor Institucional das Administrações Públicas 2022" publicada pelo Instituto Nacional de Estatística:

S.131324 – Administração Regional e Local - Administração Local - Serviços e Fundos Autónomos da Administração Local.

O Orçamento em SNC-AP é preparado numa óptica de tesouraria (Despesas/Receitas), pelo que a análise da execução orçamental em SNC-AP é efetuada nesta óptica de tesouraria (Despesas/Receitas).

Seguem os mapas respetivos à data de 31/03/2023.

7.1. Demonstração Execução Orçamental – Receita

Rubrica	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos ant. (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar final do período (11)	Grau de execução orçamental	
						Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(5)-(7)		Períodos anteriores (12)=(8)/(2) x100	Período corrente (13)=(9)/(1) x100
R6 Venda de bens e serviços	1.657.278,48	500.451,53	412.691,59		288.279,19			12.036,06	276.243,13	288.279,19		2,41	16,67
R7 Outras receitas correntes	941.034,43	18.750,36	4.398,02		3.967,94				3.967,94	3.967,94			0,42
Total	2.598.312,91	519.201,89	417.089,61		292.247,13			12.036,06	280.211,07	292.247,13		2,32	10,78

7.2. Demonstração Execução Orçamental – Despesa

Rubrica	Despesas por pagar de períodos ant. (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos Descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Comprom. a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Grau de execução orçamental	
						Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)			Períodos anteriores (11)=(6)/(2) x100	Período corrente (12)=(7)/(2) x100
D1.1 Remunerações certas e permanentes	4.632,35	311.314,02		72.151,98	72.151,98	4.720,81	62.271,86	66.992,67		5.159,31	1,52	20,00
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		8.392,46		1.646,51	1.646,51	591,58	1.054,93	1.646,51			7,05	12,57
D1.3 Segurança social	4.443,27	82.695,89		21.358,20	21.358,20	4.506,91	11.930,75	16.437,66		4.920,54	5,45	14,43
D2 Aquisição de bens e serviços	44.931,86	227.541,01		97.597,10	97.597,10	3.759,51	45.195,29	48.954,80		48.642,30	1,65	19,86
D3 Juros e outros encargos		107.813,04		51.052,36	51.052,36		51.052,36	51.052,36				47,35
D6 Outras despesas correntes	5.188,78	439.729,21		52,91	52,91		52,91	52,91				0,01
D7 Investimento		849.096,69										
D11 Despesa com passivos financeiros		571.730,59		110.901,54	110.901,54		110.901,54	110.901,54				19,40
Total	59.196,26	2.598.312,91		354.760,60	354.760,60	13.578,81	282.459,64	296.038,45		58.722,15	0,52	10,87

7.3. Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Receita

C. Orgânica Sec.Cap. Div. Svid. (1)	Prog Med (2)	Font. Fin. (3)	Classificação Económica Código Sub. Rub. Designação (5)	Previsões Corrigidas (5)	Rec. por Cob. início do ano (6)	Receitas Liquidadas (7)	Liquidações Anuladas (8)	Receita Cobrada Bruta do Ano (9)	de Anos ant. (10)	Total (11)=(9)+(10)	Reembolsos e Restituições Emitidos (12)	Pagos (13)	Rec. Cobrada Líquida (14)=(11)-(13)	Rec. por Cobrar no final do ano (15)=(6)+(7)-(11)	Grau % (16)
	018 030	510	07 03 01 00 00 Rendas Habitações	1.657.278,48	500.451,53	412.691,59		276.243,13	12.036,06	288.279,19			288.279,19	624.863,93	17
			Total do Subagrupamento 03:	1.657.278,48	500.451,53	412.691,59		276.243,13	12.036,06	288.279,19			288.279,19	624.863,93	17
			Total Agrupamento 07 :	1.657.278,48	500.451,53	412.691,59		276.243,13	12.036,06	288.279,19			288.279,19	624.863,93	17
		Total da Fonte de Financiamento 510:		1.657.278,48	500.451,53	412.691,59		276.243,13	12.036,06	288.279,19			288.279,19	624.863,93	17
	018 030		08 01 99 00 00 Outras Receitas Correntes	73.611,30	18.750,36	4.398,02		3.967,94		3.967,94			3.967,94	19.180,44	5
			Total do Subagrupamento 01:	73.611,30	18.750,36	4.398,02		3.967,94		3.967,94			3.967,94	19.180,44	5
			Total Agrupamento 08 :	73.611,30	18.750,36	4.398,02		3.967,94		3.967,94			3.967,94	19.180,44	5
		Total da Fonte de Financiamento 510:		73.611,30	18.750,36	4.398,02		3.967,94		3.967,94			3.967,94	19.180,44	5
	018 030		08 02 04 00 00 Subsidios Estado - Rec gerais Estado	867.423,13											
			Total do Subagrupamento 02:	867.423,13											
			Total Agrupamento 08 :	867.423,13											
		Total da Fonte de Financiamento 510:		867.423,13											
			Total Geral	2.598.312,91	519.201,89	417.089,61		280.211,07	12.036,06	292.247,13			292.247,13	644.044,37	11

7.4. Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Despesa

C. Orgânica				Classificação Económica								Despesas pagas			Diferenças			
Sec.Cap. Dir. Svid. (1)	Prog. Med. (2)	Font. Fin. (3)	Class Func. (4)	Código	Al. Sub.	Designação (5)	Act. (6)	Projecto Região	Dotações corrigidas (7)	Cativos ou congelamentos (8)	Compromissos Assumidos (9)	do Ano (10)	de Anos Ant. (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldos (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)	Grau % (16)
	018 030	510		01 01 02	00 00	Orgaos Sociais	241	00000 000	34.124,54		9.273,20	7.293,00	980,12	8.273,12	24.851,34	25.851,42	1.000,08	24
				01 01 03	00 00	Pessoal dos Quadros - Regime Função Publica	241	00000 000	46.618,80		13.055,90	11.070,81	927,98	11.998,79	33.562,90	34.620,01	1.057,11	26
				01 01 04	00 00	Pessoal dos Quadros - Regime CIT	241	00000 000	161.101,80		44.975,92	39.196,85	2.676,95	41.873,80	116.125,88	119.228,00	3.102,12	26
				01 01 06	00 00	Pessoal Contratado a Termo	241	00000 000	10.918,00						10.918,00	10.918,00		
				01 01 11	00 00	Representação	241	00000 000	2.484,00						2.484,00	2.484,00		
				01 01 13	00 00	Subsidio de Refeição	241	00000 000	18.511,42		4.711,20	4.711,20		4.711,20	13.800,22	13.800,22		25
				01 01 14	00 00	Subsidio de Natal	241	00000 000	19.949,73						19.949,73	19.949,73		
				01 01 14	00 00	Subsidio de Ferias	241	00000 000	20.089,73		135,76		135,76	135,76	19.953,97	19.953,97		1
				Total do Subagrupamento 01:					313.798,02		72.151,98	62.271,86	4.720,81	66.992,67	241.646,04	246.805,35	5.159,31	21
				Total Agrupamento 01 :					313.798,02		72.151,98	62.271,86	4.720,81	66.992,67	241.646,04	246.805,35	5.159,31	21
	Total da Fonte de Financiamento 510:								313.798,02		72.151,98	62.271,86	4.720,81	66.992,67	241.646,04	246.805,35	5.159,31	21
	018 030			01 02 05	00 00	Abono para Falhas	241	00000 000	1.035,48		258,87	258,87		258,87	776,61	776,61		25
				01 02 06	00 00	Formação	241	00000 000	2.500,00						2.500,00	2.500,00		
				Total do Subagrupamento 02:					3.535,48		258,87	258,87		258,87	3.276,61	3.276,61		7
				Total Agrupamento 01 :					3.535,48		258,87	258,87		258,87	3.276,61	3.276,61		7
	Total da Fonte de Financiamento 510:								3.535,48		258,87	258,87		258,87	3.276,61	3.276,61		7
	018 030			01 03 01	00 00	Encargos com a Saude	241	00000 000	2.372,98		1.387,64	796,06	591,58	1.387,64	985,34	985,34		58
				01 03 02	00 00	Outros encargos com Saude	241	00000 000	6.108,74		90,74	90,74		90,74	6.018,00	6.018,00		1
				01 03 03	00 00	Subsidio Familiar a Crianças e Jovens	241	00000 000	458,14		113,40	113,40		113,40	344,74	344,74		25
				01 03 05	00 00	Segurança Social	241	00000 000	56.639,13		15.516,92	7.995,25	3.597,34	11.592,59	41.122,21	45.046,54	3.924,33	20
				01 03 05	00 00	Fundos de Compensação do Trabalho	241	00000 000	370,20		162,80	101,10	30,85	131,95	207,40	238,25	30,85	36
				01 03 05	00 00	CGA	241	00000 000	12.917,77		3.774,80	1.930,72	878,72	2.809,44	9.142,97	10.108,33	965,36	22
				01 03 09	00 00	Seguros	241	00000 000	6.201,90		1.699,54	1.699,54		1.699,54	4.502,36	4.502,36		27
				01 03 10	00 00	Outras Despesas	241	00000 000	0,01						0,01	0,01		
				Total do Subagrupamento 03:					85.068,87		22.745,84	12.726,81	5.098,49	17.825,30	62.323,03	67.243,57	4.920,54	21
				Total Agrupamento 01 :					85.068,87		22.745,84	12.726,81	5.098,49	17.825,30	62.323,03	67.243,57	4.920,54	21

FIGUEIRACOMUS

C. Orgânica Sec.Cap. Div. Svid. (1)	Prog. Med. (2)	Font. Fin. (3)	Class. Func. (4)	Classificação Económica Código Al. Sub. Designação (5)	Act. (6)	Projecto Região	Dotações corrigidas (7)	Cativos ou congelamentos (8)	Compromissos Assumidos (9)	Despesas pagas do Ano (10)	de Anos Ant. (11)	Total (12)=(10)+(11)	Diferenças Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldos (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)	Grau % (16)
		Total da Fonte de Financiamento 510:					85.068,87		22.745,84	12.726,81	5.098,49	17.825,30	62.323,03	67.243,57	4.920,54	[illegible]
	018 030			02 01 02 00 00 Combustíveis e Lubrificantes	241	00000 000	6.720,06		1.315,01	1.315,01		1.315,01	5.405,05	5.405,05		20
				02 01 08 00 00 Outros - Material de Escritorio	241	00000 000	4.000,00		2.648,83	2.648,83		2.648,83	1.351,17	1.351,17		66
				02 01 08 00 00 Consumíveis de Impressão	241	00000 000	340,00						340,00	340,00		
				02 01 08 00 00 Papel	241	00000 000	1.000,00						1.000,00	1.000,00		
				02 01 17 00 00 Ferramentas e Utensílios	241	00000 000	2.500,00		41,93	30,38		30,38	2.458,07	2.469,62	11,55	1
				02 01 18 00 00 Livros e documentação Tecnica	241	00000 000	80,00						80,00	80,00		
				Total do Subagrupamento 01:			14.640,06		4.005,77	3.994,22		3.994,22	10.634,29	10.645,84	11,55	27
				Total Agrupamento 02 :			14.640,06		4.005,77	3.994,22		3.994,22	10.634,29	10.645,84	11,55	27
		Total da Fonte de Financiamento 510:					14.640,06		4.005,77	3.994,22		3.994,22	10.634,29	10.645,84	11,55	27
	018 030			02 02 01 00 00 Encargos das Instalações	241	00000 000	11.367,00		2.965,02	1.926,76	319,56	2.246,32	8.401,98	9.120,68	718,70	20
				02 02 02 00 00 Limpeza e Higiene	241	00000 000	10.684,94		1.438,87	1.324,33	114,54	1.438,87	9.246,07	9.246,07		13
				02 02 03 00 00 Conservação de Bens	241	00000 000	63.000,00		52.162,76	6.937,73	2.500,17	9.437,90	10.837,24	53.562,10	42.724,86	15
				02 02 09 00 00 Comunicações Fixas de Voz	241	00000 000	5.686,95		1.219,40	831,64	193,88	1.025,52	4.467,55	4.661,43	193,88	18
				02 02 09 00 00 Outros Serviços de Comunicações	241	00000 000	758,26		50,26	50,26		50,26	708,00	708,00		7
				02 02 09 00 00 Comunicações Moveis	241	00000 000	1.137,39		278,94	278,94		278,94	858,45	858,45		25
				02 02 12 00 00 Seguros - Outras	241	00000 000	42.171,92		18.688,14	18.688,14		18.688,14	23.483,78	23.483,78		44
				02 02 13 00 00 Deslocações e Estadas	241	00000 000	750,00		2,55		2,55	2,55	747,45	747,45		0
				02 02 14 00 00 Serviços de Natureza Economica e Financeira	241	00000 000	6.273,00		3.568,25	1.568,25		1.568,25	2.704,75	4.704,75	2.000,00	25
				02 02 14 00 00 Serviços de Natureza Juridica	241	00000 000	14.284,00		3.915,00	2.460,00	225,00	2.685,00	10.369,00	11.599,00	1.230,00	19
				02 02 14 00 00 Serviços de Natureza Informatica	241	00000 000	2.100,00		400,00	400,00		400,00	1.700,00	1.700,00		19
				02 02 18 00 00 Vigilancia e Segurança	241	00000 000	1.927,82		108,56	108,56		108,56	1.819,26	1.819,26		6
				02 02 19 00 00 Outros - Assistencia Tecnica	241	00000 000	2.178,60		352,63	352,63		352,63	1.825,97	1.825,97		16
				02 02 20 00 00 Serviços de natureza Informática	241	00000 000	4.649,40						4.649,40	4.649,40		
				02 02 25 00 00 Outros Serviços	241	00000 000	45.931,67		8.440,95	6.273,83	403,81	6.677,64	37.490,72	39.254,03	1.763,31	15

C. Orgânica Sec.Cap. Div. Svid. (1)	Prog. Med. (2)	Font. Fin. (3)	Class. Func. (4)	Classificação Económica Código Al. Sub. Designação (5)	Act. (6)	Projecto Região	Dotações corrigidas (7)	Cativos ou congelamentos (8)	Compromissos Assumidos (9)	Despesas pagas do Ano (10)	de Anos Ant. (11)	Total (12)=(10)+(11)	Diferenças Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldos (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)	Grau % (16)
				Total do Subagrupamento 02:			212.900,95		93.591,33	41.201,07	3.759,51	44.960,58	119.309,62	167.940,37	48.630,75	21
				Total Agrupamento 02 :			212.900,95		93.591,33	41.201,07	3.759,51	44.960,58	119.309,62	167.940,37	48.630,75	21
		Total da Fonte de Financiamento 510:					212.900,95		93.591,33	41.201,07	3.759,51	44.960,58	119.309,62	167.940,37	48.630,75	21
	018 030			03 05 02 00 00 Outros	241	00000 000	107.286,62		50.979,89	50.979,89		50.979,89	56.306,73	56.306,73		48
				Total do Subagrupamento 05:			107.286,62		50.979,89	50.979,89		50.979,89	56.306,73	56.306,73		48
				Total Agrupamento 03 :			107.286,62		50.979,89	50.979,89		50.979,89	56.306,73	56.306,73		48
		Total da Fonte de Financiamento 510:					107.286,62		50.979,89	50.979,89		50.979,89	56.306,73	56.306,73		48
	018 030			03 06 01 00 00 Outros Encargos Financeiros	241	00000 000	526,42		72,47	72,47		72,47	453,95	453,95		14
				Total do Subagrupamento 06:			526,42		72,47	72,47		72,47	453,95	453,95		14
				Total Agrupamento 03 :			526,42		72,47	72,47		72,47	453,95	453,95		14
		Total da Fonte de Financiamento 510:					526,42		72,47	72,47		72,47	453,95	453,95		14
	018 030			06 02 01 00 00 Impostos e Taxas	241	00000 000	176.918,96		52,91	52,91		52,91	176.866,05	176.866,05		0
				06 02 03 00 00 Iva a Pagar	241	00000 000	0,01						0,01	0,01		
				06 02 03 00 00 Outras Outras Despesas Correntes	241	00000 000	262.810,24						262.810,24	262.810,24		
				Total do Subagrupamento 02:			439.729,21		52,91	52,91		52,91	439.676,30	439.676,30		0
				Total Agrupamento 06 :			439.729,21		52,91	52,91		52,91	439.676,30	439.676,30		0
		Total da Fonte de Financiamento 510:					439.729,21		52,91	52,91		52,91	439.676,30	439.676,30		0
	018 030			07 01 03 00 00 Edifícios Conservação e Reparação	241	00000 000	849.096,67						849.096,67	849.096,67		
				07 01 09 00 00 Outros Equipamento Administrativo	241	00000 000	0,02						0,02	0,02		
				Total do Subagrupamento 01:			849.096,69						849.096,69	849.096,69		
				Total Agrupamento 07 :			849.096,69						849.096,69	849.096,69		
		Total da Fonte de Financiamento 510:					849.096,69						849.096,69	849.096,69		
	018 030			10 06 03 00 00 Empréstimos a Médio e Longo prazo - Sociedades	241	00000 000	571.730,59		110.901,54	110.901,54		110.901,54	460.829,05	460.829,05		19
				Total do Subagrupamento 06:			571.730,59		110.901,54	110.901,54		110.901,54	460.829,05	460.829,05		19
				Total Agrupamento 10 :			571.730,59		110.901,54	110.901,54		110.901,54	460.829,05	460.829,05		19
		Total da Fonte de Financiamento 510:					571.730,59		110.901,54	110.901,54		110.901,54	460.829,05	460.829,05		19
						Total Geral	2.598.312,91		354.760,60	282.459,64	13.578,81	296.038,45	2.243.552,31	2.302.274,46	58.722,15	11

O CC
NSimões

7.5. Alterações Orçamentais – Receita

Nº	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: ORGÂNICA Sec.Cap. Div. Svid.	PROG. MED.	FONTE FIN.	FUNC.	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA: CÓDIGO AL. SUB.	DESIGNAÇÃO	ACT.	PROJECTO REGIÃO	PREVISÕES ANTES ALTERAÇÕES	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS: REFORÇOS	ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS	PREVISÕES APÓS ALTERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
									(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)-(3)+(4)	

Não ocorreram.

7.6. Alterações Orçamentais – Despesa

Nº	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: ORGÂNICA Sec.Cap. Div. Svid.	PROG. MED.	FONTE FIN.	FUNC.	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA: CÓDIGO AL. SUB.	DESIGNAÇÃO	ACT.	PROJECTO REGIÃO	DOTAÇÕES ANTES ALTERAÇÕES	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS: REFORÇOS	ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS	DOTAÇÕES APÓS ALTERAÇÕES	CATIVAÇÕES	DESCATIVAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIG. INFLUENCIADAS	OBSERVAÇÕES
									(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)-(3)+(4)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)+(7)	
186		018 030	510		01 01 14 00 00	Subsídio de Férias	241	00000 000	0	140			140			140	Modificação Orçamental - Transferência de Fundos
		018 030	510		01 01 06 00 00	Pessoal Contratado a Termo	241	00000 000	11.058		140		10.918			10.918	
Total da alteração 186:									11.058	140	140		11.058			11.058	

Figueira da Foz, 10 de Agosto de 2023

O Conselho de Administração,
Presidente

Dra. Olga Brás

Administrador Executivo

Arq.º Rui Duarte

Administradora não Executivo

Dra. Margarida Viana

O Contabilista Certificado

Nuno Miguel Gaspar dos Santos

FIGUEIRAcomus

8. PARECER DO FISCAL ÚNICO